

AUTONOMIA DA CLASSE OPERÁRIA?

A GREVE DE 1953 EM SÃO PAULO

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Maio de 1977

Às pessoas que se empenham no estudo  
da realidade brasileira.

## AGRADECIMENTOS

Supõe-se que, ao encerrar o trabalho de tese, devesse selecionar um certo número de pessoas e, dedicar-lhes agradecimentos. É a praxe, e ele costuma ser obedecida.

Porém, sinto uma particular dificuldade em seguir este caminho. Parece-me que este trabalho é apenas o final de um processo cujo início é difícil determinar. A rigor, nem sequer é um final, pois, como preocupação sobre o tema tratado, não se esgota aqui.

O que importa, na verdade, é que ela é produto de uma gama imensa de relacionamentos intelectuais e pessoais, positivos e negativos; de minha própria experiência de vida nordestina de repente jogada toda para decifrar as contradições do Sul industrializado; de minhas expectativas sobre o valor de um curso de pós-graduação; de matérias que cursei e das que não cursei permanecendo como lacunas inquietantes.

Enfim, esta tese não é só produto de contribuições. É também de recusas e conflitos. É pertinente agradecer tanto aquelas como estes, visto que ambos depuraram minha visão da realidade.

Há contudo, um tipo de convivência muito próxima. Esta totalmente positiva que quero registrar. Foram discussões dinâmicas, amigas e pessoais com Maria Francisca, Cesar, Salete, Mari'Stela, Sulamita e Michel. Aliadas à orientação dos professores Bárbara Freitag, Vilma Figueiredo e Abdias Villar compuseram a parte mais direta e identificável de contribuições para esta tese.

## ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO - - - - -	01
ESTADO E ESTRUTURA SEGUNDO GRAMSCI - - - - -	10
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: NOTAS HISTÓRICAS - - - - -	20
POPULISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES - - - - -	35
A GREVE DE 1953 - - - - -	57
a) ANTECEDENTES DA GREVE: CRISE DO POPULISMO - - - - -	58
b) A ECLOSÃO DA GREVE: RELAÇÕES DE FORÇAS ENTRE DETERMINANTES EXTERNOS E DETERMINANTES INTERNOS - - - - -	65
c) AUTONOMIA DA CLASSE OPERÁRIA - - - - -	92
CONCLUSÃO - - - - -	104
BIBLIOGRAFIA - - - - -	110

## INTRODUÇÃO

O interesse inicial na elaboração deste trabalho reside no estudo do comportamento social e político da classe operária brasileira.

A escolha do tema não se justifica por simples preferência pessoal. Antes, procura chamar atenção para uma perspectiva que nos parece importante: a reconstrução da realidade brasileira sob a ótica da participação da classe operária.

Considerada como marginal dentro do processo político brasileiro, a classe operária, na maioria das vezes, era vista como massa amorfa e seu comportamento citado a título de comparação com a classe operária européia, famosa por sua combatividade. Na realidade, o que se perdia de vista com essa concepção preconceituosa, eram os verdadeiros limites de participação da classe operária no processo histórico-social.

É lógico, fazer uma apologia da participação da classe operária seria um erro da mesma natureza do apontado acima. Interessa-nos, sobretudo, saber os limites reais dessa participação, bem como o grau de importância que ela teria tido no processo político em curso.

A escolha do tema revelou-se mais consistente quando observamos, no regime varguista, a existência de um paradoxo: no momento em que o processo de industrialização se intensifica e, conseqüentemente, a classe operária aparece mais ostensivamente no cenário brasileiro, todos os seus canais de participação política são arregimentados para dentro da esfera governamental.

A institucionalização dos conflitos de classe através de leis e sindicatos constitui um recurso de que se utiliza o regime varguista a fim de controlar a emergência de uma classe no cenário político e, ao mesmo tempo mobilizá-la contra determinados setores da oligarquia agrária.

A partir de então, poderíamos afirmar que surge uma nova questão na história do movimento operário: quais as possibilidades de manifestação independente da classe operária, tendo-se em vista que seus canais de representação e participação foram arregimentados para dentro da esfera governamental?

A amplitude da questão exige o exame de situações concretas, que ensejem uma abordagem mais acurada permitindo de tectar a manifestação de dependência ou independência, limite de participação, etc.

Diante desta preocupação, um estudo da greve de 1953, ocorrida em São Paulo, pareceu-nos muito pertinente, de vez que a amplitude desse movimento pode revelar uma ruptura com os mecanismos institucionais organizados pelo Estado. A greve constituiria, assim, um marco na história do sindicalismo, no caso de, no decorrer do movimento, terem sido apontadas soluções que recolocavam a questão da orientação da classe operária face ao Estado.

A relação entre populismo e classe operária pode redundar em um esquema bastante determinista se concordarmos com o fato de que o populismo significou, simplesmente, uma forma de manipulação que cortou qualquer reação por parte da classe operária. Nesse caso, chamaríamos atenção para o fato de que a pró

pria dinâmica interna da classe operária pode interferir nos fa  
tores de ordem estrutural.

Pensamos, então, em examinar a greve tendo em con  
ta suas determinações externas, sem deixar de lado sua dinâmica  
interna, atentando para a idéia de que é necessário uma relação  
dialética entre "movimentos orgânicos" e análise conjuntural da  
realidade.

Recorremos, pois, a dois níveis de análise:

- 1 - determinantes externos
- 2 - determinantes internos.

Nos determinantes externos, interessa-nos o desen  
volvimento do capitalismo brasileiro, organização do poder polí  
tico, enfim, cenário político e social em que teve lugar o movi  
mento. Do ponto de vista dos determinantes internos, observare  
mos o grau de organização da greve, recursos utilizados, nível  
de participação dos operários, etc.

A vinculação entre esses dois níveis poderá ser de  
tectada através das "relações de força"<sup>(1)</sup> que operam na eclosão  
da greve.

Partindo-se do pressuposto de que a questão cen  
tral a analisar refere-se ao grau de dependência da classe operá  
ria face às "representações estatais", é importante enfocar essa  
problemática através da vinculação entre classe, sindicato e par-

---

(1) - Ver Gramsci Antônio "Análises das situações. Rela  
ções de força" em Maquiavel, A política e o Estado Moderno Rio  
de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, pg 43.

tido, percebida por ocasião da greve.

A interligação entre essas organizações permite observar até onde, na greve, a classe operária esteve representada por um partido ou sindicato, se ela manifestou-se além dessas organizações ou mesmo se foi capaz de modificá-las no decorrer do movimento.

A retomada de qualquer tema, para efeito de estudo, exige uma recapitulação acerca dos trabalhos realizados sobre o mesmo assunto. Tendo-se em vista que uma exposição completa sobre todos eles torna-se difícil não só pela quantidade de publicações, mas também pelos impecilhos no acesso a elas, nos basearemos em um levantamento do assunto feito por Paulo Sérgio Pinheiro que, em recente artigo<sup>(2)</sup>, conseguiu de forma resumida, mas bastante completa, fazer uma análise acerca desses estudos. Tomaremos por base esse artigo e as diversas leituras que fizemos sobre o assunto<sup>(3)</sup>.

Os estudos sobre classe operária no Brasil foram intensificados após 1930, quando a nova coalisão no poder descobriu as vantagens que traria a manipulação da classe operária e

---

(2) - Pinheiro, Paulo Sergio: Trabalho Industrial no Brasil: uma revisão, Estudos Cebnap nº 14, out, nov, dez. 1975.

(3) - Consultamos, principalmente, o trabalho de José Albertino Rodrigues, Sindicato e desenvolvimento no Brasil, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968; Leôncio Martins Rodrigues, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966; Leôncio Martins Rodrigues Trabalhadores e Sindicato no processo de industrialização, S. Paulo, 1972 (mimeo); Azis Simão, O Sindicato e o Estado, Suas relações na formação do proletariado em S. Paulo S. Paulo, Dominus, 1966; e as recentes publicações de Francisco Wefforte Paulo Sérgio Pinheiro sobre o assunto.

o Estado desenvolveu uma política destinada a controlar suas manifestações autônomas. Nesse sentido, a historiografia acompanhou as tendências da estrutura social.

As manifestações da classe operária, durante a primeira República, sendo vistas como fenômenos "anormais", ressaltu-se sua inadequação à sociedade brasileira em face da presença de lideranças operárias estrangeiras. Desprezou-se o papel de sempenhado pelo anarquismo como contestação de ideologias da classe dominante.

Como forma de superar essa negação tentou-se reconstituir as manifestações políticas da classe operária intensificando os estudos sobre a primeira República (Edgar Carone, Boris Fausto) e sobre a classe operária (Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Francisco Weffort, etc).

A partir desses estudos, ficou claro para os analistas que a dificuldade era de ordem conceitual. A questão da participação operária ainda estava ligada à historiografia da classe dominante, que colocava o aspecto da estrutura e composição da classe operária como determinante da prática política. Seria preciso, então, fazer uma descrição desta classe à luz do processo de acumulação de capital.

O exame das condições de industrialização pode levar a uma compreensão do tratamento policial dado à classe operária. O anarquismo, difundido pelas correntes migratórias, correspondeu à fase pré-industrial, de domínio do capital agrário sobre os grupos industriais. Não havia, até então, nenhum interesse

se, por parte do Estado, em atender as reivindicações do movimento operário, que estavam contidas nos estreitos limites da industrialização e não ameaçavam os detentores da hegemonia.

Quando essa hegemonia começa a ser abalada, o Estado passa a ter uma preocupação mais definida com a regulamentação das condições da força de trabalho. Passa-se de um tratamento repressivo para uma organização tutelar e paternalista. A estrutura corporativista vai ser encarada como uma doação de Vargas e a historiografia e ciências sociais do período desprezaram todo o movimento operário anterior a 1930.

No período após 1930 a historiografia não atentou, também, para a prática política da classe operária. Os estudos sobre o partido Comunista não eram levados em consideração; admitia-se não ter tido, este partido, nenhum papel no processo político antes de 1945.

Conforme Paulo Sérgio Pinheiro, o traço mais marcante nos estudos após 1930 é a ênfase no papel dos sindicatos embora seja muito pouco analisada sua estrutura corporativista.

Acreditamos ser esse um aspecto muito importante, levando-se em conta o fato de que os sindicatos e, em certos momentos, o próprio Partido Comunista, estiveram comprometidos com o Estado. Qualquer estudo sobre a classe operária que enfatize apenas o papel dos sindicatos, torna-se incompleto. É preciso haver uma separação entre sindicato e classe operária, para que seja possível o desenvolvimento de um enfoque crítico.

Em nosso estudo será observada a relativa autonomia da classe operária face às representações sindicais e, tam

bém, em relação ao Partido Comunista. Pretendemos verificar as possibilidades de atuação independente da classe operária através da greve ocorrida em 1953 à luz das seguintes hipóteses:

1 - A greve significou uma manifestação independente da classe operária além das esferas institucionais.

2 - A ocorrência da greve implicou a existência de uma defasagem entre a classe operária e seus representantes "oficiais".

O trabalho será dividido em quatro capítulos. O primeiro constará de referencial teórico onde apresentaremos o esquema conceitual no qual nos baseamos. O segundo de aspectos históricos, englobando um rápido resumo da trajetória do movimento operário.

No terceiro capítulo faremos uma discussão teórica acerca do populismo e suas implicações sobre o comportamento político da classe operária.

Por último analisaremos a greve, como também o contexto social e político em que ocorreu esse movimento.

A realização desse trabalho exigiu de nós tanto o uso de fontes de estudos bibliográficos como levantamentos de dados ainda não trabalhados.

Quanto à bibliografia consultada poderíamos dividi-la nas seguintes partes:

1 - A referente ao aspecto teórico, ou seja, às diversas interpretações dadas ao regime "populista".

2 - A dos estudos relacionados à política varguista do segundo período e às tendências no desenvolvimento do capi

talismo brasileiro.

3 - A dos estudos realizados sobre a classe operária brasileira, analisando o papel dos sindicatos, partidos, etc.

Embora possamos reconhecer a quantidade de publicações sobre o assunto, tivemos uma certa dificuldade em reuni-las, pois a maioria dos arquivos a que tivemos acesso, nem sempre possuíam algumas obras consideradas importantes. Além disso, acrescentaríamos a escassez bibliográfica na área de sociologia abordando o tema, e a predominância de trabalhos de cunho narrativo, de certa forma inúteis para a análise a ser desenvolvida.

A facilidade de acesso ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo permitiu que obtivéssemos, ali, dados preciosos, constantes de material publicado sobre o período que nos interessa.

Quanto aos jornais da época, consultamos mais detalhadamente o "O Estado de São Paulo" que, com regularidade, acompanhou o desenrolar da greve.

Mantivemos, ainda, contato com participantes da greve, através de alguns dos sindicatos das categorias profissionais envolvidas. As informações obtidas através de entrevistas foram precárias, tanto pela dificuldade em localizar os informantes como pelo seu temor de dar respostas precisas. De certa forma, as escassas entrevistas pouco acrescentaram ao registrado pelos órgãos de imprensa.

Terminada a fase de coleta de dados, quando partimos para a elaboração da análise, começamos a questionar o material coletado. Na realidade, se nos interessavam, sobretudo, as

informações referentes à dinâmica interna do movimento, bem como a participação de base mais que a liderança, como seria possível tomar por parâmetro as informações de imprensa? Até que ponto confiar nos critérios jornalísticos?

Partindo desse pressuposto buscamos, através das entrevistas, testar a veracidade das informações tanto dos sindicatos, como da imprensa. As atas das sessões e das assembleias constituíram, também, um dado importante para a resolução do problema.

Procuramos, ainda para superar a perda de dimensões importantes, tais como a organização e conduta do movimento no interior das fábricas, fazer inferências a partir das características externas que ostentavam os acontecimentos.

Feitas as devidas ressalvas, consideramos que as conclusões do trabalho não podem ser vistas de forma definitiva. Acreditamos, porém, que o próprio questionamento das conclusões constitui avanço à problemática que ora pretendemos retomar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL - IDC  
BIBLIOTECA

1º CAPÍTULO

ESTADO E ESTRUTURA SEGUNDO GRAMSCI

A dificuldade de ordem metodológica mais presente no estudo de uma realidade histórica e social diz respeito à de fasagem entre investigações concretas da realidade e a tentativa de abordagem mais teórica.

A crítica feita por Weffort <sup>(1)</sup> às análises históricas brasileiras é, de fato, bastante pertinente. Ele chama atenção para a falta de mediação entre o nível mais empírico e outro analítico, o qual, muitas vezes, em nome de explicações refinadas de conteúdo significa um desprezo pelo estudo de situações concretas:

"O gosto predominante em nossos meios intelectuais continua como sempre orientado para as generalidades típicas dos ensaios que, convém admitir, constituem muitas vezes uma solução fácil de quem pretende escapar às análises concretas" <sup>(2)</sup>.

A questão metodológica que se coloca nesse trabalho refere-se ao como poderá ser feita a mediação entre os dois níveis de análise. Para tanto, pensamos em recorrer ao referencial teórico de Gramsci, uma vez que sua preocupação em reconstruir a realidade histórica, além de fornecer conteúdos práticos e analíticos, oferece um excelente quadro teórico.

A importância de Gramsci está fundamentalmente, na contribuição que dá ao marxismo, delineando uma direção de pesquisa fundamental, onde busca analisar quais as questões essenciais

---

(1) - Ver Weffort Francisco em "Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964. Mimeo.

(2) - Francisco Weffort, op. cit, pg. 4

ais do marxismo que se revelam pertinentes à luz da experiência de uma época histórica determinada. Refutando a ortodoxia, revalorizou o conceito de praxis, demonstrando que o marxismo não deve ser considerado como uma "ciência da infra estrutura", mas como articulação complexa da teoria e da prática na relação infra-estrutura e superestrutura.

Todavia, a questão fundamental que talvez dimensione o papel de Gramsci na compreensão de problemas atuais, refere-se a sua preocupação com a realidade histórica. Impressionado pela conjuntura histórica e crise econômica que acompanhou a derrota dos anos vinte, ele analisou os princípios táticos e estratégicos da revolução italiana, reportando-se, também, à história política e filosófica da França. Essa perspectiva internacional do autor favoreceu o desenvolvimento de princípios analíticos para a compreensão do Ocidente, especialmente no que se refere ao problema da mudança social <sup>(3)</sup>.

Poderíamos, rapidamente, enfocar os pontos estratégicos abordados pelo autor e, ao mesmo tempo, reter as questões que mais nos interessam.

De acordo com Gramsci, baseado numa diferenciação já feita por Lenin, em uma estrutura é preciso distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos estudos de conjuntura, os quais se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais.

---

(3) - Ver Macciocchi Maria Antonieta, a favor de Gramsci, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

"A distinção entre movimentos e fatos orgânicos e movimentos e fatos de conjuntura ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só aqueles em que se verifica uma estagnação das forças produtivas. O nexu dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa, difícilmente é estabelecido exatamente: e, se o erro é grave na historiografia, ainda mais grave se torna na arte política quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a presente e futura (4).

Os princípios metodológicos aí implícitos parecem-nos muito importantes para o estudo da realidade brasileira e, aliás, vêm sendo empregados por vários especialistas no assunto. Explicitaremos o esquema, rapidamente, a fim de melhor analisar os aspectos preponderantes.

Para evitar o economicismo que vê, simplesmente, a determinação da infraestrutura sobre a superestrutura, Gramsci cria o conceito de bloco histórico, concebido como unidade entre estrutura e superestrutura. A estrutura é vista como o conjunto das forças materiais de produção sendo a superestrutura o reflexo do conjunto das relações de produção. O vínculo existente entre estrutura e superestrutura é de caráter dialético, fato bastante perceptível em Gramsci, quando afirma que as forças materiais constituem o conteúdo e as ideologias a forma. Este caráter dialético e orgânico da relação entre estrutura e superestrutura tem, como importância básica, a delimitação de um plano histórico concreto, evitando o erro do economicismo que não considera essas relações de um ponto de vista orgânico.

---

(4) - Gramsci Antonio, obras escolhidas vol. I, Editorial Estampa, Lisboa 1974 pg. 325.

Deve-se enfatizar, na análise da superestrutura, a ampliação do conceito de Estado, o qual não é visto como simples instrumento de coação da classe dominante. Ele se divide, portanto, entre "sociedade civil" (que compreende o conjunto dos organismos privados dos quais se serve a classe dominante para garantir sua hegemonia), e "sociedade política" (que compreende os instrumentos coercitivos do Estado).

A relação entre "sociedade civil" e "sociedade política" é que indicaria a evolução do bloco histórico considerando-se a primazia de um tipo de sociedade sobre a outra.

Um Estado que expresse unicamente os interesses econômicos corporativos de uma classe é um Estado incompleto. Daí Gramsci criar o conceito de "hegemonia" em oposição ao de "ditadura", que seria a capacidade de um grupo dirigir a sociedade através da propagação de seu conjunto de valores ao restante da sociedade, isto é, a conquista da sociedade civil. Segundo as palavras do próprio autor,

"Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que precisamente é um representar-se de forma corporativa - econômica, isto é da confusão entre sociedade civil e sociedade política, já que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que se devem referir à noção de sociedade civil (no sentido, podia dizer-se, em que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçãda de coação)"(5).

Outro dos aspectos essenciais no Bloco Histórico é

---

(5) - Gramsci Antonio, op. cit pg 404.

a natureza do vínculo orgânico que relaciona estrutura e superestrutura, assegurado pela camada dos intelectuais. Esta camada, que difere do sentido vulgar de intelectual, constitui os "funcionários da superestrutura" cujo caráter orgânico se expressa na relação estreita que os liga à classe da qual são representantes.

O caráter orgânico de um Bloco Histórico é visto por Gramsci dentro de uma perspectiva dinâmica. O grupo hegemônico, não sendo fundamental por tempo indeterminado, é substituído quando há emergência de uma crise orgânica, ocasionada por um processo de ruptura entre estrutura e superestrutura. A crise orgânica caracteriza-se por uma crise de hegemonia: onde a classe dirigente é convertida simplesmente em uma classe dominante e, em consequência coloca em crise a ideologia tradicional.

Antes de passarmos à aplicação dos conceitos de Gramsci ao objeto que pretendemos analisar, é preciso nos determos em algumas considerações a respeito do conceito de classe social, tendo em vista as controvérsias que suscita.

Tomamos como ponto de partida o fato de que as classes sociais, por serem categorias analíticas, só podem ser entendidas ao nível da estrutura de classes, ou seja uma classe social existe com relação às outras. Temos, também, que as classes sociais são categorias históricas determinadas em última instância, pelo lugar ocupado na produção<sup>(6)</sup>.

---

(6) - Ver Stavenhagen Rodolfo em "Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

Marx, em "Miséria da Filosofia", referindo-se aos trabalhadores ingleses diz:

"As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa classe já é relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, da qual assinalamos mais que algumas fases, essa massa se une, constituindo uma classe em si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe, mas a luta de classes contra classe é uma luta política"<sup>(7)</sup>.

Embora a literatura marxista não tenha atingido um conceito dissecado e acabado de classe social, acreditamos que conseguiu levantar, com maior profundidade, pontos-chaves na questão. Podemos, então, depreender que o conceito de classe social recobre níveis de análise, ou seja, o econômico, o ideológico e o político.

De posse do material teórico exposto acreditamos poder demonstrar a fecundidade de sua aplicação à realidade brasileira.

É possível, à luz do esquema de Gramsci, encontrar explicações consistentes para o regime político brasileiro que se inaugurou em 1930. Temos aí uma burguesia industrial não hegemônica que, para suprir a falta de domínio sobre a sociedade civil, utiliza-se da sociedade política como forma de se impor.

---

(7) - Marx Karl, Miséria da Filosofia, Rio de Janeiro, ed. Leitura S.A. 1965.

O desenvolvimento da industrialização implicando o aumento de pressão da classe operária e camadas médias sobre o restante da sociedade, cria uma situação de crise cuja solução é buscada incorporando as representações da classe operária à sociedade política. Criam-se, então, as leis trabalhistas e sindicatos como forma de assegurar o controle político numa situação que Gramsci denominaria de "Transformismo".

Na realidade, o funcionamento e estrutura dos sindicatos tornam-se inteligíveis do ponto de vista da política trabalhista desenvolvida por Getúlio. Ela era receptiva a alguns interesses dos trabalhadores urbanos, porém, limitava toda ação autônoma que comprometesse o processo de acumulação industrial. Nestas circunstâncias, o sindicato e legislação do trabalho ganham sentido na medida em que estabelecem um conjunto de normas especificando os termos de disputa entre empregados e empregadores.

O "Estado", assim, tomou para si o papel de garantir certos direitos mínimos dos trabalhadores (quanto às condições de trabalho), forçando as empresas a concederem aos trabalhadores o que poderia, em outras circunstâncias, ser obtido através de pressão direta.

A justiça do trabalho, ao concentrar a capacidade de decisão dos conflitos entre empregados e empregadores, permitiu o deslocamento desses conflitos, que se dariam no âmbito da sociedade civil, para o interior da sociedade política.

A transferência de conflitos da "sociedade civil" para a "sociedade política", termina, de certa forma, por incor

porar os intelectuais orgânicos próprios da classe operária à esfera governamental. Como demonstra muito bem Weffort, aos altos escalões do sindicalismo no país acabou sendo conferido o status de "quarto" poder da República<sup>(8)</sup>.

No entanto, não cabe unicamente ao rumo que tomou o sindicalismo a causa da atuação dependente que teve o movimento operário. Há, ainda, a emergência de vários fatores que precisam ser analisados.

O exame das "relações de força" - na concepção de Gramsci - ou seja, as forças que atuam na história em dado período, permite apreender quais os elementos determinantes em cada situação e as possibilidades de atuação política conforme os objetivos previamente determinados.

As relações de força, na teoria de Gramsci, compreendem três níveis: no primeiro, estrutural, elas indicam o grau de desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento tecnológico, crescimento da população, das cidades, etc). Em um segundo momento temos as relações de forças políticas que indicam o grau de autoconsciência e organização dos diversos agrupamentos sociais. O terceiro refere-se às forças tecno - militares utilizadas de acordo com a situação e que podem ser decisivas conforme o momento.

---

(8) - Weffort, Francisco. Partidos, Sindicatos e Democracia. Algumas questões para a história do período 1945-1964 mimeo.

Para nosso interesse específico, o exame das relações de força permite uma visão global referente tanto aos fatores estruturais como conjunturais.

Analisaremos, então, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua vinculação com a prática política da classe operária, detectando as relações de força determinantes na situação concreta de que nos ocuparemos.

NUBUC - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL - UFG  
BIBLIOTECA

## 2º CAPÍTULO

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO: NOTAS HISTÓRICAS

O processo de industrialização brasileiro, surgiu do sob a hegemonia do bloco agrário exportador, tem algumas ca racterísticas que irão repercutir nas formas de organização do movimento operário.

A natureza periférica do crescimento industrial brasileiro fez com que os surtos industriais dependessem, em grande parte, do mercado internacional. A primeira guerra mun dial estimulou a produção através da exploração intensiva da mão de obra e utilização da capacidade ociosa <sup>(1)</sup>.

Ressalta-se no processo de industrialização o desequilibrio regional que provocou a concentração de renda e polarização da economia. A constituição de regiões "exportadoras de mão de obra" - como foi o caso do Nordeste - e de capitais, acarretou uma disparidade entre a massa de operários não qualifica dos e os operários técnicos, geralmente provenientes de migra ções internacionais.

Tanto o desequilibrio regional como a migração es trangeira constituem variáveis importantes no que diz respeito à prática política da classe operária. Se a primeira é enfatizado como um dos elementos limitadores da prática política, a segunda

---

(1) - Os efeitos da primeira guerra mundial sobre o crescimento industrial brasileiro é motivo de polêmica entre vá rios estudiosos. A explicação tradicional que colocava o processo de substituição de importações como fundamental para industrialização é refutada por Werner Baer e Anibal V. Villela. Estes autores comprovam que a guerra estimulou a produção mas não o in vestimento. O desenvolvimento ocorreu em complementaridade com condições favoráveis do comércio exterior. (ver Baer Werner e Vi lla V. Anibal em "Crescimento industrial e Industrialização: Re visões nos estágios de desenvolvimento econômico do Brasil". Re vista dados nº 9, 1972.

deve ser destacada na medida em que servia para difusão de ideologias (vide anarquismo).

Boris Fausto<sup>(2)</sup> considerando a existência de determinações estruturais que devem ser levadas em conta no primeiro período de formação da classe operária, analisa alguns elementos interessantes para a compreensão do tema. Segundo ele, o primeiro surto industrial brasileiro, surgido a partir do desenvolvimento do capitalismo de base agrária, não diversificou a estrutura social do conjunto do país, sendo, portanto, limitado. A maioria dos setores econômica e socialmente dominados localizou-se no campo.

A restrição das reivindicações aos centros urbanos, o peso relativo da urbanização e a fonte de poder das oligarquias localizadas no campo deixaram a massa urbana dominada em escassas condições de alterar a correlação de forças entre as classes sociais.

Boris Fausto aponta ainda, duas outras determinações estruturais que dizem respeito tanto às condições de oferta do mercado de trabalho, quanto à composição étnica da classe operária. No primeiro caso, dois fenômenos produzem a crescente disparidade entre a oferta da força de trabalho e a sua absorção ao sistema industrial. De um lado a industrialização libera mão de obra do campo e, de outro, a grande indústria se expande com altas densidades de capital constante e variável.

---

(2) Fausto Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), Rio de Janeiro, Difel, 1976.

Quanto a composição étnica da classe operária o predomínio de estrangeiros foi importante para a difusão de ideologias provocando, também, uma especialização da mão de obra.

O crescimento da industrialização até 1920 não foi acompanhado de uma modificação nas instituições que garantisse legalidade às reivindicações da classe trabalhadora. Haveria, por conseguinte, uma sistemática negação às concessões conquistadas através de movimentos coletivos pelo fato delas não encontrarem um campo normativo de institucionalidade. Esse fato explicaria a vasta sequência de direitos alcançados com grande esforço para serem negados logo em seguida.

De fato, observando-se o movimento operário no decorrer da história, pode-se concluir que as exigências das classes subalternas não encontrarem efetivação a nível das instituições existentes, transferindo-se da sociedade civil para a sociedade política. E, com isso, perdendo a oportunidade de legitimação. Não era à toa que a classe operária era considerada uma "questão de polícia".

A evolução das formas de organização da classe operária, inserida nesse quadro conjuntural é muito bem apresentada nos estudos de José Albertino Rodrigues<sup>(3)</sup>. Ele afirma que antes de que os trabalhadores emigrantes europeus tivessem constituído as primeiras associações (como União de Resistência), só

---

(3) - Rodrigues José Albertino, Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Europeia do Livro. 1968.

existiam aqui Associações de Ajuda Mútua organizadas por algumas categorias de trabalhadores urbanos. A primeira fase do movimento sindical brasileiro, corresponde, portanto, a um período não propriamente sindical mas contendo elementos que, mais tarde irão compor o sindicato. Esse período é denominado de Mutualista e vai até o final da escravatura, quando passa a ter lugar o trabalho livre, que antes resumia-se a algumas categorias urbanas que organizavam-se para assegurar defesa mútua.

O segundo período (1888-1919), constitui, para José Albertino Rodrigues, a fase seguinte do movimento sindical brasileiro denominado Período de Resistência, observem-se os nomes das diversas organizações da época: União de Resistência, Associação de Resistência, Liga de Resistência e Sindicato de Resistência. Essas organizações são típicas de um período de grande efervescência e agitação social caracterizado por um esforço no sentido de impedir a marcha do capitalismo emergente. A resistência é ativa, incentivada pela atuação de correntes políticas anarquistas, positivistas e evolucionistas. O Centro Operário Radical, surgido em 1892, é exemplo de um dos agrupamentos mais significativos que reivindicavam: modificação do regime da propriedade, extinção de privilégios e monopólios; imposto sobre a renda, regulamentação do trabalho, assistência ao trabalhador doente ou acidentado, reforma do ensino com instrução primária obrigatória; arbitramento para evitar guerras e extinção gradual de exércitos permanentes; liberdade de ação, igualdade de direitos e liberdades religiosas; revisão da constituição e dos códigos, reorganização dos Tribunais e Justiça gratuita, reconsideração da situação social da mulher, repressão aos vícios e prote

ção à velhice e à invalidez e extinção da pena de morte;<sup>(4)</sup> Como se pode observar, eram reinvidicações de caráter difuso, muitas vezes, revestidas de aspectos reformistas.

Pode-se destacar, neste período, a atuação dos anarquistas, o grupo mais ativo a influenciar o desencadeamento de greves e movimentos.

Todavia, os anarquistas eram limitados em suas posições e isso em alguns aspectos<sup>(5)</sup>, pesou mais decisivamente para a desorganização do movimento operário que a própria repressão. A negativa da concepção anarquista em reconhecer a instância política levou seus seguidores a ignorar a questão do Estado e também a combinação de formas de luta econômica e política. A recusa em não formular a instância política provocou, enfim, a não valorização do partido no sentido de agregar interesses.

Após a Revolução Russa de 1917 e acontecimentos mundiais ligados à guerra, assiste-se a um período de transição que Albertino Rodrigues denomina de Ajustamento. Nele, há um clima legislativo, uma efervescência política e uma reorganização da política sindical. Por esse motivo, A. Rodrigues considera a assinatura do Tratado de Versalhes um marco que determinou diretrizes para atenuar atritos político sociais e a desenfreada concorrência capitalista. Esta situação prolongou-se até o início da década de 30, quando se observam tentativas de submeter o mo

---

(4) - Ver Rodrigues José Albertino. op. cit.

(5) - Fausto Boris, op. cit

vimento sindical ao controle do Estado. A submissão revelou-se mais eficaz em 1934 com a vigência da instituição de caráter corporativista.

No período final da guerra, as diversas correntes sindicalistas e socialistas, incentivadas pela vitória da Revolução Russa, acreditaram ter chegado o momento de tomada de de cisão e desencadearam vários movimentos. Funda-se, em 1922, o Partido Comunista filiado à Terceira Internacional.

A preocupação marcante dos diversos agrupamentos refere-se ao domínio do sindicato. Há uma grande fase de dispu ta, visto que nenhuma organização possuía força suficiente para dominar o sindicato em caráter exclusivo.

Evidencia-se no período, o fato do movimento sin dical ter adquirido um aspecto novo, que foi a busca de uma atuação parlamentar. O movimento sindical perde o caráter revo lucionário e torna-se mais reformista, procurando um ajustamen to, conforme denominação de A. Rodrigues para o período que vai de 1919 a 1934. O autor chama atenção para o fato de que as "re voluções" pelas quais atravessou o país, (por exemplo tenentismo e revolução de 1930), não terem tido participação ativa da clas se operária.

Na década de 1930 desenvolvem-se características emergidas da década de 1920, quando surgem novas condições eco nômicas e desagregação das velhas oligarquias.

As diversas frações da classe dominante unificam-se no sentido de exercer um controle mais rígido, característi co dessa nova fase.

De acordo com Robert Rowland<sup>(6)</sup> a maior vigilância exercida sobre a classe operária se devia menos pelo aspecto combativo dessa classe que a fragilidade e falta de hegemonia das diversas frações da classe dominante e o precário equilibrio de seus interesses, que o Estado procurava preservar. O operiariado constituía, então, um perigo potencial como possível aliado de um setor dominante contra outro. Criam-se, paulatinamente, instrumentos tais como dispositivos regulamentares do trabalho, instituto de previdência social e novas cartas constitucionais, bastante eficazes durante o Estado Novo.

A Aliança Nacional Libertadora, dirigida por Luis Carlos Prestes, tinha programas reivindicando jornada de oito horas, seguro social, etc. No entanto, não previa nenhuma campanha de arregimentação do proletariado. Ao contrário, o seu caráter reformista serviu de pretexto para a repressão que culminou no golpe de Estado de 1937<sup>(7)</sup>.

Na parte final da década de 1930 o Estado novo completa a Legislação Trabalhista. Ao mesmo tempo, ao lado de fatores de ordem interna há mudanças no mercado internacional com repercussões no Brasil como foi o caso do processo de substituição de importações. Há um desenvolvimento industrial, implicando aumento da mão-de-obra agora constituída por elementos migrantes

---

(6) - Rowland Robert, "Classe operária e Estado de Compromisso". Estudos Cebrap 8 São Paulo, 1974.

(7) - Rodrigues José Albertino, op. cit.

oriundos do meio rural<sup>(8)</sup> José Albertino Rodrigues considera a emergência do trabalhador rural no processo industrial responsável pela difusão de uma ideologia de caráter paternalista.

Para Fernando Henrique Cardoso as peculiaridades na formação do sistema industrial dependente das flutuações do mercado internacional refletiram-se no comportamento político da classe operária.

"Como não houve continuidade no ritmo de expansão do sistema industrial, senão depois da última guerra, a experiência vivida pelas camadas operárias no momento de formação do sistema fabril não chegara a decantar formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de proletário. Antes, cada ciclo de experiência industrial quase definia um modo particular incompleto de relação do trabalhador com a fábrica e do operariado com a sociedade global"<sup>(9)</sup>.

A questão da influência de padrões rurais bem como as peculiaridades do sistema fabril, revelam-se importantes para se entender o comportamento da classe operária. Todavia, acreditamos que esses fatores não são decisivos. O próprio processo industrial no qual se insere o trabalhador vindo do campo, modifica sua visão original. Nesse sentido, as próprias

---

(8) - Juarez Brandão Lopes analisando a origem dos trabalhadores industriais afirma que eles vieram, predominantemente, de sítios e fazendas ou de pequenas comunidades do interior. (Brandão Juarez Lopes, Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

(9) - Cardoso, Fernando Henrique - "Proletariado no Brasil: Situação e comportamento social" em Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969 pg 201.

relações sociais de produção podem redefinir formas de comportamento. (10)

O final da segunda guerra e derrota do fascismo deu início ao processo de redemocratização. Com a abertura democrática começaram a atuar diversas correntes políticas e o movimento sindical beneficiou-se com isso. Iniciou-se então, o período que José Albertino denominou de Competitivo, com diversas correntes políticas disputando o controle dos sindicatos.

É notório nesse período (dito democrático) a permanência da mesma estrutura oficial herdada do Estado Novo, e com os mesmos mecanismos de controle. Como explicar a existência desse paradoxo?

O fato é que, depois de 1930, com as transformações no aumento e composição da mão-de-obra a classe operária passa a ser vista como importante aliada e a política repressiva é substituída por uma organização tutelar e paternalista. Embora as leis trabalhistas constituíssem conquistas da classe operária, após longos anos de reivindicações, não deixaram de ser leis antecipadoras de controle. Pode-se dizer que, a partir daí, a história do movimento operário atinge um novo capítulo, cuja questão principal diz respeito à situação de dependência face à política governamental.

---

(10) - Nesse sentido, é importante a contribuição de Paulo Sérgio Pinheiro na revisão desses estereótipos. Diz ele: "Enfim, o que parece ter-se perdido de vista foi o fato de que as características relativas à composição tendem a ser redefinidas pelas relações sociais a que está submetido o operário no processo de industrialização." Pinheiro Paulo Sérgio, "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", Estudos Cebrap 14 (out - nov - dez - 1975) pg 123.

O problema da instabilidade política paralela ao controle gradativo que o Estado passou a exercer sobre a classe operária, teve raízes na situação sócio-política da década de 1930.

A falta de uma burguesia industrial hegemônica e a divergência de interesses na burguesia agrária faz com que o Estado mantenha, com a classe operária, uma relação de tutela e aliança contra determinados setores da oligarquia.

Temos, assim, a nova situação política fundamentando-se em um equilíbrio de forças, tendo na figura do chefe político e na supremacia da sociedade política sobre a sociedade de civil as condições de impedimento da crise orgânica.

A noção da inexistência de uma revolução burguesa no Brasil pode ser fundamentada, segundo os estudos de Boris Fausto e Warren Dean.<sup>(11)</sup> De acordo com estes autores não havia, realmente, uma contradição entre agricultura e indústria. Pelo contrário, as atividades desenvolvidas nesses dois setores são inter-dependentes, pois muitos dos capitais aplicados na indústria eram de origem agrícola. A revolução de 1930 teria, então, resultado fundamentalmente de uma cisão da classe dominante provocada por divergências de interesses entre os cafeicultores da oligarquia fundiária. Com isso não se pode negar que, neste período, são maiores as condições de se levar adiante o processo de industrialização, em face da própria situação internacional que provocou a política de substituição de importações.

O problema político fundamental com o qual se de frontou o governo foi o de impor autoridade, uma vez que

---

(11) - Fausto Boris, A revolução de 1930, historiografia e história, São Paulo, ed Brasiliense - 1975.

- Dean Warren, Industrialização em São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

nhuma oligarquia estava em condições de substituir a paulista e impor sua hegemonia. A questão, pois, que se colocava, era manter a unidade da classe dominante e a solução encontrada foi afastá-la diretamente do bloco do poder e fortalecer a margem de ação da sociedade política.

Vargas, em face da situação de desequilíbrio mantêm uma política de tentar conter as lutas de classe a fim de suprir as divergências internas da classe dominante, composta de setores dissidentes das oligarquias e representantes da burguesia industrial. Cria-se então a legislação trabalhista inspirada no corporativismo fascista.

A incorporação das representações da classe operária à sociedade política é a solução "transformista" cuja época mais expressiva é durante o Estado Novo alcançando grande influência política nos meados de 1950 pelo grande peso político da ideologia do Estado.

No período que vai de 1947 a 1951, segundo José Albertino Rodrigues, ocorreu uma estagnação relativa no movimento sindical, fruto de perseguições políticas que sucederam à abertura democrática de 1945, época em que o Partido Comunista alcançou grande ascensão.

Após a nova Constituição, tendia a se radicalizar a ação política nacional, enquanto internacionalmente ocorria

ruptura da aliança anti-facista e se iniciara a "guerra fria" culminando com a guerra da Coreia. O Partido Comunista é posto fora de lei e os sindicatos sofrem perseguições.

O período de 1952/62 pode ser considerado como a fase áurea do sindicalismo. Retornam as tendências que se haviam manifestado no período democrático. É que agora, o desenvolvimento industrial tinha repercussões que agravavam as condições de vida das massas urbanas e constituíam novas fontes de mobilização e ação políticas. A política cambial adotada acelerava o ritmo inflacionário e era frequente o combate ao custo de vida como demonstravam as greves ocorridas em 1953, 1954 e 1957.

José Albertino Rodrigues tira conclusões a nosso ver importantes para caracterizar a atuação política do sindicato e classe operária.

O sindicato passou de uma atitude de resistência para uma atitude progressivamente legalista. Não conseguiu recuperar sua independência e autonomia, a não ser em alguns momentos. Tendo sido colocado entre o Estado e a classe trabalhadora, desempenhou função de intermediário sendo porta voz tanto de um como de outro. Poderíamos dizer que o sindicato colocou-se no âmbito da sociedade política transferindo para ela as lutas da classe operária que, em circunstâncias diferentes, dar-se-iam no interior da sociedade civil.

As comparações, sugeridas por José Albertino Rodrigues, entre o processo industrial no Brasil e nos países desenvolvidos são interessantes na explicação da problemática.

Nos países desenvolvidos o Estado esteve ausente de uma ação direta já que a revolução industrial ocorreu na época do liberalismo. Em decorrência, a organização do trabalho se fez em meio ao livre jogo das forças produtivas marcado por conflitos agudos entre o capital e o trabalho, sendo o sindicato porta voz direto do operariado. No Brasil, o Estado surgiu como um organismo colocado acima das classes, desempenhando funções decisivas na mobilização das forças sociais e retirando o papel que caberia aos sindicatos.

É claro que o quadro até aqui exposto não permite dar conta de todas as nuances históricas (por exemplo, o período ditatorial do Estado Novo, período de redemocratização, etc). No entanto, mesmo sabendo dos riscos que acompanham todo tipo de generalização, especialmente quando se trata de um período histórico, diríamos que as características burocráticas e dependência à sociedade política do movimento operário posterior a 1930 tornam-se quase contrárias às características do movimento das minorias militantes anteriores a esse período.

Partindo-se do pressuposto de que nossa preocupação refere-se às possibilidades de atuação mais independente da classe operária, optamos por analisar a greve ocorrida em São Paulo em 1953, época de crise do regime varguista, como manifestação das tendências críticas do último período do governo Vargas.

Um breve relato, por Paul Singer, do movimento citado, indica sua grande importância: "Em 1953, produziu-se um amplo movimento grevista em São Paulo, unindo as mais importantes categorias profissionais - metalúrgicos, textéis, vidreiros, mar

ceneiros e gráficos - numa parede de mais de vinte dias que terminou com a vitória quase total dos trabalhadores. Essa greve foi importante não só porque ela evidenciou a potência do movimento operário, como também garantiu, na prática, o direito de greve, apesar do decreto nº 9070 de 1946, que o restringe enormemente e está em vigor até hoje. O movimento foi tão amplo que a Justiça do Trabalho não se achou em condições de aplicar os dispositivos daquele decreto <sup>(12)</sup>.

A relevância do estudo da greve, está em tentar detectar novas tendências no movimento sindical para a solução de alguns problemas. Saber até que ponto foram criadas formas alternativas de orientação e organização que implicassem superação de soluções "populistas" é nossa questão básica.

---

(12) - Singer Paul, "A política das classes dominantes em Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, ed Civilização Brasileira 1965 pg 93.

39 CAPÍTULO

POPULISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tendo-se em vista que a perspectiva mais ampla a que se dedica este trabalho diz respeito ao comportamento político da classe operária no regime populista, é necessário tecer algumas considerações acerca da vigência desse regime político na América Latina <sup>(1)</sup>.

Os estudos sobre o populismo latinoamericano comportam uma grande variedade de interpretações. Apresentaremos, de início, o estudo de Alistair Henessy <sup>(2)</sup>, para em seguida, tra

---

(1) - Embora o populismo seja considerado como expressão de um regime político tipicamente Latino Americano, é necessário que se faça aqui referência a sua existência em outras regiões. O populismo Norte Americano apresenta características peculiares em relação aos demais. Desenvolveu-se entre proprietários e trabalhadores agrícolas no século XIX, época em que o setor capitalista da economia agrária passava por uma crise, perdendo importância em relação à indústria. A Terra era valorizada como a mais importante fonte de riqueza e bem estar social. (Ver Hofstader Richard, "Estados Unidos" publicado na obra organizada por Ghita Ionescu e Ernest Gellner, Populismo (Sus significados e características nacionales) Buenos Aires, Amorrotu editores, - 1969.

O populismo russo constituía um protesto contra o capitalismo do ponto de vista dos pequenos agricultores que, arruinados pelo desenvolvimento do capitalismo, viam nesse regime uma espécie de regressão. Constituía também a expressão ideológica dos "recem chegados" de países que realizavam o processo de modernização e tentavam explicar as características peculiares do atraso econômico. A denúncia dos "males" do capitalismo com base nas afirmações marxistas fazia com que segundo Walicki, o populismo significasse uma espécie de reação utópica ao marxismo (ver Walicki Andrez), "Russia", publicado na obra organizado por Ghita Ionescu e Gellner, Populismo (sus significados y características nacionales). Buenos Aires, Amorrotu editores 1969.

(2) - Henessy Alistair, "América Latina" publicado na obra organizada por Ghita e Ionescu e Ernest Gellner, Populismo (sus significados y características nacionales) Buenos Aires Amorrotu Editores, 1969.

tar dos autores brasileiros que se preocuparam com o assunto, es  
pecificamente em suas manifestações no Brasil.

Para ALISTAIR HENESSY, o populismo refere-se, pre  
dominantemente, a movimentos de tipo urbano, não recebendo senão  
um apoio periférico das organizações camponesas. Baseado nos es  
tudos de TORCUATO DI TELLA, ele afirma que, em seu sentido mais  
amplo, o populismo latino americano pode definir-se como arma or  
ganizacional para congregar grupos de interesses divergentes,  
aplicando-se a qualquer movimento, e não baseado em uma classe  
social específica.

O populismo poderia ser tipologicamente descrito  
como um movimento político gozando do apoio em massa da classe  
trabalhadora urbana ou campesina sem, no entanto, ser resultado  
do poder de organização autônoma de nenhum desses setores. Tam  
bém contaria com apoio de setores não pertencentes a classes  
trabalhadoras o que resultaria em uma ideologia contrária ao  
status quo.

A liderança dos movimentos populistas seria prove  
niente de estratos médio e superior de uma classe média descon  
tente incorporando-se, com frequência, em elementos dotados de  
dons carismáticos. O apoio ao líder viria de uma "massa disponí  
vel" composta em sua maioria da população rural migratória re  
cém-chegada à cidade que se agregaria à classe trabalhadora.

HENESSY afirma que o populismo carece de uma ideo  
logia coerente ou claramente definida: tem apenas um conteúdo  
originado de um sentimento anti-imperialista. Fixa-se numa prefe  
rência pelo tema da distribuição de renda, em detrimento da capa

cidade produtiva. O Estado é colocado como salvador que protege as indústrias nacionais da competição externa. Esta ideologia geral postula, então, a existência de um "povo" unificado onde as tensões de classe se superam através de um nacionalismo que canaliza sua hostilidade contra os imperialistas.

HENESSY distingue os seguintes condicionantes do populismo:

1 - A incapacidade da classe média como portadora de uma ideologia, de cumprir um papel histórico e fazer uma revolução burguesa que gere valores próprios e estimule o desenvolvimento econômico.

2 - A dificuldade das elites rurais para adaptar-se às novas mudanças, admitir novos ricos em suas fileiras e continuar proporcionando um modelo de conduta à classe média.

3 - A incapacidade da classe trabalhadora urbana de criar organizações independentes e autônomas e o atraso no aparecimento de uma cultura própria nitidamente identificável.

4 - Um fluxo acelerado de emigrantes até as grandes cidades e acumulação nelas de vastos grupos marginais.

5 - A persistência, nas áreas rurais, de uma rede de relações de dependência, sendo obstáculo à criação de organizações camponesas independentes e condicionando a conduta de grupos marginais urbanos.

O capitalismo urbano latino-americano tem, então, estado condicionado pelo surgimento prematuro de uma sociedade de massas cuja origem deve basear-se na emigração crescente dos

habitantes do campo para os centros metropolitanos e nas condi  
ções de industrialização do tipo capital intensivo que provocou  
um desnível entre oferta e demanda de ocupação.

Na Europa, como os processos de mudança foram  
mais lentos, os novos migrantes associaram-se à vida urbana e  
as classes trabalhadoras formaram as suas próprias organizações  
autônomas capazes de interferir na política. Na América Latina,  
o efeito demonstração, ao lado da revolução nas comunicaçõ  
es, incorporou valores de uma sociedade de consumo, aumentando dese  
jos e expectativas. A não absorção dos migrantes criou uma mas  
sa disponível facilmente manipulável pelos políticos.

Para sintetizar, HENESSY postula que o populismo  
urbano latino americano pode ser considerado um mecanismo manipu  
lativo para o controle de populações marginais que propicia um  
meio de integrar os migrantes na vida urbana. Para as classes mé  
dias constitui uma maneira de fazer frente às conseqüências de  
rivadas da urbanização, sem os benefícios da industrialização.

Os aspectos mencionados por HENESSY levaram-no a  
concluir que o populismo não constitui desafio algum ao status  
quo, de vez que as pautas de trabalho não sofreram reformula  
ções e a intelectualidade não aventurou-se em novos campos espe  
cializados.

O populismo, desse modo, representou um equilí  
brio de forças sociais contraditórias é, só em sentido muito li  
mitado, preocupou-se em mudar a estrutura social.

O estudo desenvolvido por GINO GERMANI<sup>(3)</sup> parte de diferenças entre o desenvolvimento dos países europeus e latino-americanos. Adotando um modelo que afirma a existência de um continuum entre sociedade moderna e tradicional, o autor busca explicar as semelhanças e diferenças na consecução de um padrão geral. O estado de mobilização a que foi levada a massa está relacionado à passagem de formas de ação "tradicionais" para formas "eletivas" sem a presença de circunstâncias que legitimem as novas orientações dos atores sociais. Explicando melhor, a desagregação da sociedade tradicional implicaria uma modificação de lugar ocupado pelos grupos sociais em relação ao seu modo de participação. Esta situação colocaria a massa em disponibilidade o que a conduziria à mobilização.

A crítica por J. A. Moisés<sup>(4)</sup> a Gino Germani é bastante pertinente: A participação das classes populares explicada em função de fatores psico sociais desvia a questão, de vez que as classes, ao invés de serem agentes do processo de mudança, passam a constituir consequência. A ênfase dada por Germani às condições que permitiriam um modelo de democracia representativa levou-o a concentrar a análise do populismo no comportamento exclusivo das classes populares, perdendo, com isso, a visão de participação dos outros grupos.

---

(3) - Germani Gino, Politica y sociedad en una Epoca de Transición (de la sociedad tradicional a la sociedad de massas), Buenos Aires, Editorial Paidós 1962.

(4) - Moisés José Alvaro, "Algumas reflexões sobre o populismo na América Latina". Texto.

Torcuato Di Tella,<sup>(5)</sup> tal como Gino Germani, parte das condições de desenvolvimento dos modelos capitalistas clássicos e dos países dependentes. Para ele, o populismo não pode ser meramente associado ao subdesenvolvimento dos países, de vez que na Europa, a existência desse caráter não ocasionou o prevalecimento de formas populistas.

Uma primeira explicação sugerida pelo autor é a de que o efeito demonstrado possibilitado pelo ingresso de alguns países atrasados no mercado internacional, passa através dos meios de comunicação e atinge tanto os intelectuais como os demais estratos da população. A elevação das aspirações da massa acima das possibilidades de satisfazê-las condiciona a existência de problemas e tensões sociais, inculcando-lhe o desejo de contar com representações e tornando-a suscetível à aceitação de políticas populistas.

O tipo de situação na América Latina favorece, segundo Di Tella, mais uma coalizão populista que uma alternativa para o movimento operário. Comparando o movimento operário na América Latina com o Europeu, ele observa a existência de algumas diferenças. A primeira diz respeito ao desprezo, na América Latina, por movimentos operários europeus que aceitaram a política externa colonialista de seus países.

Em seguida, Di TELLA menciona o aumento repentino no número de trabalhadores industriais latino americanos, difi

---

(5) Di Tella Torcuato, Para uma política Latino Americana, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1969.

cultando sua experiência de organização. A união de ambos os fatores mencionados seria responsável pela fraqueza do movimento operário. O conteúdo de classe, graças ao populismo, torna-se descaracterizado na medida em que esse regime busca absorver elementos das ideologias que expressam o conteúdo de classe implícito na participação política das classes populares.

Di Tella como Germani não analisa a ação causadora do processo de modernização, considerando o populismo de um ângulo externo aos grupos sociais envolvidos. Além do mais, afirmar que as massas urbanas se rebelaram pelo "efeito demonstração" impulsionado pelos países desenvolvidos, é ignorar que, nas condições concretas do sistema capitalista, tanto as camadas médias como a classe trabalhadora precisam consumir e utilizar novos meios técnicos culturais para a sua reprodução. Nesse sentido, o considerado "padrão de imitação" seria decorrente de uma situação objetiva do trabalhador inserido no mercado capitalista e não ocasionado por fatores de ordem psicosocial.

Moisés <sup>(6)</sup> desenvolve críticas ao estudo de Di Tella sugerindo que a análise rigorosa do papel da ideologia dominante em formações sociais onde predomina o modo de produção capitalista indicaria o caráter de classe da absorção ideológica presente no populismo. A capacidade que teria o populismo em absorver e manipular as ideologias é que permitiu seu surgimento e manutenção, dificultando, segundo Moisés, a emergência de uma legítima consciência de classe entre os setores populares.

---

(6) - Moisés José Alvaro, op. cit.

Interessa-nos, particularmente, a relação entre populismo e consciência de classe. Não consideramos, porém, que haja uma relação direta interdependente entre os dois elementos. A consciência de classe dos setores operários depende de muitos outros fatores que dizem respeito não somente ao papel assumido pela classe dominante na absorção e manipulação da ideologia desses setores. Ademais, se considerássemos que o populismo foi decisivo na formação da consciência de classe operária não estaríamos respondendo porque essa classe deixou que absorvessem sua ideologia e a manipulassem em favor da classe dominante.

Essa questão é, a nosso ver, crucial, e, ao mesmo tempo, constitui uma referência para se obter uma visão do populismo a partir da classe operária em sua dinâmica interna.

Octávio Ianni<sup>(7)</sup>, em recente estudo sobre o populismo latino-americano, concentra a discussão em alguns aspectos importantes como a estrutura de poder e relações de classes. Busca demonstrar que o populismo também revela antagonismo de classe numa situação em que esses antagonismos parecem apagados. Ianni procura ver em que medida o fracasso do esquema populista não é manifestação clara do desenvolvimento das classes que compõem a aliança populista.

O populismo, na versão de Ianni, surge das mudanças nas condições econômicas, políticas e sociais provocadas pela crise do poder oligárquico. Embora reconhecendo como profunda

---

(7) - Ianni Octávio, A Formação do Estado Populista na América Latina, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 1975.

a premissa de Weffort, que considera o populismo como uma forma de dominação nas condições de "vazio político" em que nenhuma classe pode assumir a hegemonia, Ianni afirma que, em nível interno, o que está em jogo é uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas para organizar e fazer funcionar o poder. Na sua concepção talvez sejam as condições excepcionais em que se encontram as classes emergentes que criam as novas exigências políticas e econômicas. Fazendo uma relação entre populismo e movimento operário, conclui que, apenas em certo nível, o populismo representa uma ruptura com o passado político da classe operária. Surge na época em que há o desenvolvimento do processo de urbanização, industrialização e crescimento do setor terciário, transformando a composição interna e as relações entre as classes:

"A verdade é que esses processos "recriaram" a estrutura de classes das sociedades Latino Americanas. Na nova configuração do sistema de classes não havia as condições sociais e políticas indispensáveis ao florescimento das posições radicais ensaiadas anteriormente nas condições em que se encontram a classe operária em formação na cidade, a consciência de mobilidade social sobrepuja a de classe"<sup>(8)</sup>.

E de que maneira as organizações operárias influíram no processo divulgando, sobre os problemas de sua classe, interpretações que desconheciam suas reais condições de vida? Ianni examina também este ponto, mas, gostaríamos de nos deter mais noutro aspecto de seu trabalho que nos parece relevante. Trata-

---

(8) Ianni Octávio, A Formação do Estado Populista na América Latina, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 1975 pg. 100/101.

se da analogia entre populismo e bonapartismo. São colocados la do a lado a ditatoriedade assumida pelo bonapartismo e o regime de Vargas que, organizando o poder além do aparelho estatal, busca uma combinação sui generis entre Estado, Partido e Sindicato.

As características bonapartistas são expressas pe la presença dos seguintes elementos:

1. "Equilíbrio" das classes sociais que participam da coalisão populista.
2. Hipertrofia do executivo
3. Organização do poder além do aparelho estatal ou incorporação do aparelho estatal dos sindicatos e partidos.

Com relação ao primeiro ítem temos, no caso brasileiro, que a falta de unidade da classe dominante proporcionou um "equilíbrio" de suas diversas frações componentes, ao mesmo tempo em que a classe operária começa a ser vista como possível aliada que garante a permanência do pacto.

A hipertrofia do executivo é uma consequência desta situação, onde o domínio da "sociedade política" sobre a "sociedade civil" torna-se quase uma necessidade para manter a ordem.

Com relação ao terceiro aspecto, observa-se claramente o aumento do controle político sobre a classe operária através da oficialização dos organismos que seriam próprios da classe operária.

Ianni destaca, no entanto, um aspecto em que o bo

napartismo difere do regime varguista. Enquanto no bonapartismo o controle do poder surge como produto político paradoxal das contradições de classe estabelecidas pela impossibilidade de continuação da luta, no varguismo a contradição principal encontra-se entre a coalisão no poder e as estruturas oligárquicas e imperialistas.

O estudo desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto<sup>(9)</sup> é importante porque analisou profundamente as complexidades próprias de cada país, principalmente Argentina e Brasil. Partindo de uma crítica às concepções mecanicistas presentes nas análises dualistas mostram que dão as determinações recíprocas entre fatores externos e internos que são as peculiaridades a essas sociedades. Existem portanto, os marcos estruturais e as situações históricas que, inclusive, podem modificar tais marcos. A dependência é vista tanto pelo modo de integração das economias nacionais no mercado mundial, como pela forma de vinculação dos grupos de cada país entre si e com os países externos.

Observando que a atuação dos grupos e classes sociais está condicionada pela forma como as distintas sociedades nacionais vincularam suas economias ao mercado mundial, os autores caracterizaram o populismo como a expressão política do que chamam o "período de transição" dos países latino americanos.

---

(9) - As proposições de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são encontradas nos seguintes livros: Dependência e desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar editores 1970 e o trabalho de autoria exclusiva de Fernando Henrique: Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

Para Cardoso e Faletto, a característica marcante da oposição é a presença cada vez maior das classes médias e da burguesia industrial e comercial no sistema de dominação. A presença desses grupos, disputando com as oligarquias o predomínio do poder, provocaria um maior controle do Estado.

Como resultado das modificações socio-econômicas, haveria o engendramento de um proletariado urbano e o crescimento do setor urbano não operário da população. O ritmo de formação do setor não operário não correspondeu ao aumento da capacidade de absorção de novos empregos, formando-se, então, as sociedades urbanas de massa.

Partindo do princípio de que as funções do Estado e as características empresariais apresentaram aspectos diferentes na fase de "transição" conforme a situação de origem fosse de enclave ou não, os diversos populismos são abordados a partir do grau de diversificação das economias nacionais e das peculiaridades de cada país.

Faletto e Cardoso indicam dois tipos gerais de orientação no que se refere ao comportamento político dos setores populares. Por um lado, mantiveram uma pressão política que acabou por dar origem a uma tendência redistribucionista. Por outro, expressaram uma coincidência de interesses com os grupos dominantes, classes médias e burguesia urbana na continuidade de expansão da economia nacional que orientou-se para o mercado interno.

Finalmente, baseados em aspectos gerais, os dois autores enunciam diversas formas de populismo, com distintas

formas de participação, no caso do Brasil, Argentina, México e Chile.

No caso brasileiro, ao contrário da Argentina, os grupos industriais não conseguiram impor uma política de industrialização liberal. A industrialização adquire impulso quando os grupos exportadores perdem o controle do aparato estatal. O populismo surge como elo pelo qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização ao novo sistema de poder. O varguismo apresentou-se como movimento mais ou menos vago de incorporação de massas urbanas sem as implicações de organização sindical presentes no Peronismo.

De acordo com Francisco Weffort, o populismo nasceu das condições de crise de hegemonia que vinha se prolongando na história política brasileira desde a queda das elites da República Velha e do regime liberal oligárquico, sendo por isso, em essência, um grande e instável compromisso:

"Não podendo preencher o vazio de hegemonia política e econômica, o regime populista buscava quando menos compensá-lo através de alianças e compromissos de circunstâncias entre os grupos dominantes que sobreviveram à revolução de 30" (10).

A importância básica de Weffort, no caso, está em examinar com profundidade, casos concretos. Nesse sentido poderíamos dizer que ele, ao contrário da maioria dos estudiosos,

---

(10) - Weffort Francisco, "Os Sindicatos na Política", Tese de doutoramento pg IV 3. Consultamos também o artigo do mesmo autor intitulado "Estado e Massas no Brasil" Revista Civilização brasileira 7 (maio de 1966).

abandonou a análise do populismo em geral, substituindo-a por suas manifestações na prática dos diversos agentes participantes do populismo.

Outro critério, que nos interessa bastante, é o de tomar, como ponto de referência, as classes populares sem a exclusão dos outros grupos. O populismo é, então, a expressão das classes populares no período 1930 - 1960, época em que o desenvolvimento econômico faz emergir novos grupos sociais e a pressão liberal das classes médias.

Um aspecto interessante ressaltado por Weffort, refere-se ao caráter ambíguo do fenômeno do populismo: constitui tanto manipulação como satisfação das aspirações das classes populares. Mantendo a possibilidade de atender estas aspirações o populismo obscureceu a consciência social das massas impedindo que participassem da vida da sociedade com independência e autonomia de estratégia política. Weffort também não exclui a participação dos partidos de esquerda como uma das causas da irrupção do populismo e suas mistificações.

Seguindo a linha desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, ele analisa a dependência e subdesenvolvimento com seus efeitos a nível de formação das classes. O resultado é a existência de uma burguesia industrial incapaz de definir seu próprio projeto em face da sociedade global e uma "classe média" dependente em relação a uma estrutura social definida pela grande propriedade da terra. Essa classe média é composta de funcionários públicos, militares e profissionais liberais.

Quanto às classes populares assinala que, ao con

trário do que afirma uma certa corrente de interpretação, a sua ausência do movimento liberal não significa uma indiferença ao movimento, mas se deveu muito mais ao fato de que os tenentes, como os oligarcas, evitavam qualquer aliança com elas. A instalação de Vargas no poder, a criação do Ministério do Trabalho, O Estado Novo em 1937, foram uma prova de que as classes populares constituíam um problema que seria preciso contornar e manter dentro dos limites.

A existência de uma massificação antecipada não implica, ao contrário dos países desenvolvidos, pulverização das classes portadoras de uma tradição política e ideológica, mas ascensão à vida urbana e ao processo político. Desse modo, não significa que tenha havido a dissolução da lealdade grupal de setores já integrados no processo industrial, mas a dissolução de vínculos de lealdade existentes nas áreas rurais. Paralelamente, tem-se, também, que o crescimento dessas massas na cidade está associado ao conhecido processo de inchaço do terciário.

A partir dessa situação de massificação que, muitas vezes, é promovida pelos grupos dominantes, é analisado o caráter de classe presente no populismo, bem como as relações de classe nesse contexto. A massificação individualiza as relações de classe reduzindo-as à relação entre o líder que "doa" uma legislação trabalhista ou aumentos salariais e a massa que recebe passivamente essas "doações". Entretanto, assinala Weffort, esse aspecto é apenas aparente e as relações individuais apenas mascaram o conteúdo de classe.

O importante a se observar é que após 1930 os grupos no poder tiveram que enfrentar uma variada e contraditória rede de interesses por causa da origem diferenciada de seus componentes. Em nenhum momento após 1930 (e mesmo 1945) a nascente burguesia industrial, burocracia civil e militar ou velhos oligarcas estiveram em condições de impor o seu predomínio absoluto sobre as demais. A nova estrutura de poder impôs seu domínio sobre a sociedade, mas, para tanto, precisou legitimar a nova ordem, com o estabelecimento de uma democracia baseada em um Estado de compromisso que fazia convergir interesses imediatos dos grupos na sua estratégia de desenvolvimento econômico. A busca da legitimidade da coligação no poder implicou fazer algumas concessões à parte majoritária. Desse modo, o Estado de Vargas surgirá como árbitro de todos os interesses e, após o golpe de 1937, com árbitro do conflito de classes.

Por fim, Weffort destaca os limites existentes no regime populista. Baseado em um crescente compromisso entre os grupos dominantes e buscando suas bases de sustentação nas classes populares, o populismo nem sempre consegue superar a emergência de conflitos. Weffort demonstra que, a exemplo de Goulart, que procurou ampliar suas bases de sustentação e estimular os movimentos populares urbanos, o populismo chega a seu limite à medida em que as massas se organizam de forma mais rigorosa.

As observações sobre as manifestações do populismo em vários países evidenciam a impossibilidade de um conceito abrangente para todas as situações. Todavia, guardadas as diversas singularidades existentes nesse regime político destaca-se

que todas as manifestações populistas constituem reações ideológicas que variam de época e contexto, às mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pela formação do capitalismo industrial.

Na América Latina, o populismo constitui uma forma das elites reagirem à emergência das camadas populares no cenário político, provocada pelo desenvolvimento do capitalismo. O regime de Vargas responde a situação que ora se colocava através de medidas bonapartistas onde grupos representantes do pacto populista buscavam apoio nas camadas populares.

O fato é que a emergência do capitalismo industrial colocava questões tanto referentes as formas de participação das classes subalternas como também problemas relativos ao novo modo de acumulação. Francisco de Oliveira<sup>(11)</sup> em referência a esse aspecto, afirma que o populismo brasileiro constitui a adequação das relações de produção ao novo modo de acumulação na medida em que possibilita a criação de novas formas de relacionamento entre capital e trabalho, a fim de criar novas formas de acumulação.

A legislação trabalhista dará, então, condições para isso, funcionando como essencial para "expulsar" o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais. O salário mínimo constituirá a obrigação máxima da empresa, cujo objetivo principal será o crescimento da produção a fim de desen

---

(11) - Oliveira Francisco de, "Crítica à razão dualista", Seleções Cebrap, São Paulo, Edições Cebrap 1975.

volver o processo de acumulação.

A apreensão de características gerais do populismo, por sí só, é insuficiente para dar conta da imensa variedade de manifestações. Assim, estudos de cunho genérico dizem muito pouco sobre o que já se conhece, como também possuem o inconveniente de não explicar a possibilidade de continuidade ou ruptura do sistema.

Nesse sentido, gostaríamos de reter dois aspectos abordados por Weffort que são de grande importância. O primeiro refere-se ao exame de situações concretas enquanto o segundo diz respeito à visão do populismo do ponto de vista da classe operária.

A nosso ver a análise de situações concretas tem como ponto positivo o fato de considerar o populismo da ótica de suas relações com outros elementos que possam, de certa forma, questioná-lo enquanto regime político.

A relação entre populismo e classe operária sugerida por Weffort possui a vantagem de fornecer elementos para a compreensão do comportamento da classe operária, como também a própria coalizão no meio da classe dominante.

O caráter bonapartista do movimento populista (ver Octávio Ianni) constitui excelente esquema explicativo, conforme as linhas de interpretação teórica adotadas por Gramsci.

Para Gramsci o Cesarismo (como ele denomina o bonapartismo) exprime uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, fato que pode levar tanto à destrui

ção recíproca quanto à acomodação. Diz ele: "Pode-se afirmar que o cesarismo exprime uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar a destruição recíproca (12).

Mais adiante, Gramsci afirma que seria um erro de método que, nos fenômenos de cesarismo, qualquer novo fato histórico derive de equilíbrio entre as forças "fundamentais". Seria necessário, também examinar as relações entre os grupos principais das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas a influência hegemônica.

O regime populista brasileiro possui características bonapartistas na medida em que nasceu das condições de crise de hegemonia. A nova coligação do poder mantinha um instável compromisso onde a figura de Vargas buscava manter a conciliação através do apoio de amplas camadas requisitadas nos setores populares. O importante a se observar é que o bonapartismo brasileiro tanto procurou combinar poder pessoal e consentimento, como expressou uma situação de profunda crise social e política que teve seu climax durante o Estado novo.

Segundo o pensamento gramsciano, se há uma situação de crise social e política, existem duas respostas: revolução ou restauração. No caso brasileiro as situações de revolução sempre foram evitadas a todo custo, havendo sempre uma apeloção

---

(12) - Gramsci Antonio, Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1968 pg 63.

para o reformismo.

As relações individuais que, no populismo, como demonstra Weffort, se empregam através da vinculação líder-massa, constituem um dos aspectos do bonapartismo muito presente na realidade brasileira. Aliás, a tentativa de encobrir tanto a existência das classes como a emergência de conflitos era uma medida muito utilizada por parte de Getúlio ... "Não basta po  
rém, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregado  
res. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâ  
neo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do congraçamento de todas as classes sociais... O governo não deseja em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predo  
minância de uma sobre as outras. Da fixação dos preceitos do co  
operativismo e da Constituição de 10 de novembro deverá decor  
rer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colabo  
ração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social. Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmen  
te, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensa  
mento nacional (13).

---

(13) - Getúlio Vargas, "O Estado Novo e as classes trabalhadoras" em A Nova Política do Brasil, Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de Decretos Leis referentes às clas  
ses trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, a 01 de maio  
de 1938, Rio de Janeiro, editora José Olímpio, 1938.

Há, aí a tentativa de mascaramento das lutas de classe e ao mesmo tempo, de congraçamento da harmonia entre capital e o trabalho. Todavia essa concepção processa-se no terreno da ideologia, e é necessário observar sua relação com as práticas sociais dos agentes.

É nosso objetivo, neste trabalho, examinar a prática social e política da classe operária no regime populista, optando pelo exame de uma situação concreta seguindo a perspectiva adotada por Weffort.

NUDC - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL - UFG  
BIBLIOTECA

4º CAPÍTULO

A GREVE DE 1953

a) ANTECEDENTES DA GREVE: CRISE DO POPULISMO

A eclosão da greve se dá num cenário conturbado tanto do ponto de vista político quanto econômico.

A conjuntura que se iniciou nos anos 50, como afirma Weffort,<sup>(1)</sup> foi de crise geral para o populismo latino Americano e o caso brasileiro não constituiu exceção à regra. Começavam a surgir os impactos provocados pela expansão do capitalismo internacional. Com a posse de Eisenhower no governo dos Estados Unidos terminava, para a política externa latino Americana, o período de financiamento de governo a governo, iniciado com a segunda guerra e mantido parcialmente, até o fim da guerra fria. Em 1947 o governo Dutra participou da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, na qual foi elaborado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Participou também, em 1948, da elaboração da carta de Organização dos Estados Americanos com o propósito de intensificar a solidariedade e a cooperação das Américas segundo as exigências da guerra fria. Nesse período a comissão mista Brasil-Estados Unidos começou a atuar com a finalidade de realizar estudos, formular projetos e fomentar sua execução.

O funcionamento da Cepal processou-se sob a hostilidade dos empresários e do governo dos Estados Unidos. Na realidade se configurava cada vez mais o interesse de expansão do

---

(1) - Weffort Francisco, "Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas questões para a história do período 1945-1964" texto mimeo.

grande capital que não se conciliava com a tentativa, em alguns países latino americanos, de uma política de desenvolvimento capitalista nacional.

Ao lado da crise de hegemonia, vivida pelo Brasil desde os anos 30, havia também a crise econômica, cuja peculiaridade mais grave estava na reorientação do grande capital.

Quando Vargas inicia seu segundo período, o poder público e a maioria do Congresso Nacional ainda estavam comprometidos com uma política econômica antintervencionista. Havia, também, a reestruturação das classes que, a essas alturas, encontravam-se bastante diferenciadas por causa do crescimento industrial, da expansão do Setor Terciário e do rápido crescimento dos centros urbanos dominantes. Vargas defronta-se com um problema fundamental: Qual deveria ser a estratégia de desenvolvimento brasileiro se a expansão de bens de capital criava necessidade de instaurar prioridades no estabelecimento de diretrizes econômicas?

Segundo Skidmore,<sup>(2)</sup> faltava ao Brasil uma classe empresarial dinâmica que pudesse liderar um impulso dirigido à industrialização. Embora o notável crescimento econômico de São Paulo demonstrasse a capacidade industrial brasileira, no início da década de 50 a economia havia encontrado um emaranhado de pontos de estrangulamento a exigir ação governamental urgente.

---

(2) - Skidmore Thomas, Brasil: De Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Skidmore distingue três fórmulas que, naquele período, surgiam como estratégia de desenvolvimento: a neoliberal, a desenvolvimentista nacionalista e a nacionalista radical. A neoliberal baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado a bem da economia. As medidas fiscais e monetárias deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Ao mesmo tempo, as limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens deveriam ser reduzidas ao mínimo.

A desenvolvimentista-nacionalista, em fase preliminar de formulação em 1950, receberia uma definição mais precisa através de publicações e pesquisas da Cepal. As origens dessa concepção podem ser encontradas tanto no nacionalismo econômico dos Tenentes como, mais recentemente, nos esforços de industrialização dirigidos pelo Estado Novo. Os defensores desta teoria eram contra o liberalismo e afirmavam a necessidade do Estado intervir mais diretamente no sentido de romper os pontos de estrangulamento.

A terceira fórmula era a do nacionalismo radical. Pregava que a estrutura social e econômica era de "exploração" e, por isso, exigia mudança radical. Seus defensores atribuíam o subdesenvolvimento a uma aliança entre investidores particulares e governos capitalistas. O Brasil então, subordinava-se ao papel de exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. A ligação com os países desenvolvidos frustrava todo projeto de industrialização.

Embora essas fórmulas não fossem facilmente identificáveis, era possível, diz Skidmore, analisar as tendências predominantes dentro de cada um dos grandes partidos políticos. Elas se estendiam da UDN, cujos membros se filiavam ao neoliberalismo, passando pelo PSD, dentro do qual alguns líderes urbanos eram adeptos do desenvolvimentismo-nacionalista, até o PTB, mais maciçamente a favor do desenvolvimentismo-nacionalista chegando, finalmente, à ala esquerda do PTB ou PCB, que adotava o nacionalismo radical.

Tais propostas foram surgindo na medida em que os pontos de estrangulamento acumulavam-se provocando desequilíbrios regionais. Dentre os problemas existentes no período, destaca-se o balanço de pagamento que, com a onda crescente de importações, encontrava-se em grande desequilíbrio.

(3)  
Segundo Maria da Conceição Tavares embora haja o corrido, nesse período, uma melhoria acentuada no poder de compra das exportações, o desequilíbrio do balanço de pagamentos era muito violento. O motivo era um aumento intenso das importações, principalmente de bens de capital que constituía medida de cautela em face das antecipações geradas pela eclosão da guerra da Coreia que provocou um aumento demasiado na expansão da capacidade para importar. Essa tendência deficitária já vinha se manifestando desde 1947 porém em um grau não muito acentuado. Outro problema econômico era o crescimento súbito da

---

(3) Tavares, Maria da Conceição, Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1975.

taxa de inflação. O nível dos preços, que permanecerá estável nos primeiros anos do pós-guerra, depois de 1947 começou a crescer de forma exorbitante.

Vargas defrontava-se, assim, com problemas no campo externo (o balanço de pagamentos), e no interno, com inflação e o crescimento das tensões sociais. A sua maneira de resolver essas questões era ambivalente, resultante de uma política de conciliação de interesses heterogêneos.

Uma das manifestações de ambivalência de Vargas (apontado por Skidmore) refere-se à aceitação de uma política vacilante. Ao mesmo tempo em que apontava a necessidade de associação entre capital nacional e estrangeiro - a exemplo da comissão mista Brasil Estados Unidos tomava, também, medidas radicais com relação à prioridade de investimentos nacionais. O projeto de lei da Petrobrás se constituía um exemplo da nova estratégia adotada, era, também, uma tentativa de aliviar a tensão crescente no balanço de pagamento, através da criação de fontes internas de suprimento de petróleo.

Em termos políticos, Vargas procurava manter o equilíbrio, contrabalançando medidas moderadas com outras de caráter nacionalista. Ataques ao capital estrangeiro eram acompanhados de liberalização do Câmbio. Esta contradição é evidenciada em 1953 quando o projeto da Petrobrás transforma-se em lei. No mesmo mês, o governo emitiu novos regulamentos, instaurando o sistema de faixas múltiplas de câmbio, facilitando os investimentos estrangeiros.

Importa ressaltar, nesse período a crescente intervenção do poder estatal que, abandonando as diretrizes libe

rais, tenta dar novos rumos ao processo de desenvolvimento in  
distrial que vinha, cada vez mais, se intensificando.

A base de apoio do Estado estava na ideologia na  
cionalista, que a partir de 1950 torna-se o fator dominante. Pa  
ra Weffort, embora o fenômeno "transformista" do domínio do Es  
tado com a solução de tipo bonapartista para a estrutura brasi  
leira tenha tido sua melhor época durante o Estado Novo, foi  
nos meados dos anos 50 que a "ideologia de Estado" alcançou os  
maiores índices de influência política<sup>(4)</sup>.

As novas condições de desenvolvimento industrial  
e a crescente urgência em superar as crises econômicas assumi  
ram, para a estrutura brasileira, uma necessidade de rearticula  
ção entre Estado e Economia expressa por Vargas em mensagem pro  
ferida ao Congresso Nacional:

"Ora, mesmo nos setores em que tra  
dicionalmente o Estado brasileiro se tem ab<sup>s</sup>  
tido de atuar de forma direta, a iniciativa  
privada, nacional ou estrangeira mostra-se  
desinteressada em aplicar-se na superação da  
quele ponto de asfixia. O Poder Público vai  
sendo compelido, portanto, em face das cir  
cunstâncias a assumir novos encargos para os  
quais se esforça por se aparelhar adequada  
mente"<sup>(5)</sup>.

As intenções de Vargas de através do fortalecimen  
to do aparelho do Estado, reorganizar o País a nível interno,

---

(4) - ver Weffort Francisco em "Partidos, Sindicatos e  
Democracia : algumas questões para a história do período 1945-  
1964", mimeo.

(5) - Vargas Getúlio - O governo Trabalhista do Brasil  
et Ianni Octávio em Estado e Planejamento Economico no Brasil  
(1930-1970) Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.

não pareciam ter surtido efeito apesar de tentativa de utilizar as classes subalternas como base de apoio.

As tensões sociais favoreciam a mobilização política das massas urbanas, ao mesmo tempo em que setores políticos e econômicos mais conservadores e ligados ao capital estrangeiro pressionavam para a adoção de políticas de estabilidade financeira e social. O governo, como último recurso, tenta lançar mão do apoio da classe operária e **reconquistar** as bases de apoio que vinha perdendo. A nomeação de Jango para Ministro do Trabalho parecia ter esse sentido. Através das mudanças ministeriais, em junho de 1953, Vargas havia adotado uma nova estratégia política baseada num esforço para mobilizar a classe operária sem afastar os industriais.

Também a classe média estava descontente com a inflação e insegura quanto à política adotada por Vargas. A eleição de Jânio Quadros para a Prefeitura da cidade de São Paulo demonstrava esse descontentamento, aproveitado pelo líder que pregava uma ordem política isenta de corrupção.

No setor civil, a oposição à Vargas era liderada pela UDN e pelos partidos da direita e centro direita: o Republicano, o Libertador e o Democrata Cristão. A maioria dos integrantes da UDN combatera a volta de Vargas em 1950, afirmando que ela significava uma perversão do processo democrático.

Os focos da oposição atingem um ponto culminante quando Jango propõe um aumento de 100% nos salários, provocando a ira dos setores conservadores, principalmente da UDN, que lançou um manifesto denunciando as atividades "subversivas" de Jango.

O último período de Getúlio parece, então, ter evidenciado o ponto de estrangulamento das tensões que vinham se acumulando. O desenvolvimento interno do Capitalismo, ao lado da situação internacional, exigia uma redefinição da política empírica e circunstancial de Getúlio, calcada em situações de compromisso.

É em meio a esse quadro de transformações e antagonismos que emerge a greve desencadeada em março-abril de 1953, a qual, de certa forma, significou o cume da crise gerada no segundo período de Vargas.

#### b) A ECLOSÃO DA GREVE: RELAÇÕES DE FORÇAS ENTRE DETERMINANTES EXTERNOS E DETERMINANTES INTERNOS

Embora se possa afirmar que as condições descritas tenham servido de subsídio para a eclosão da greve, é preciso analisar a dinâmica interna da classe operária que, aliada a esses elementos, irá compor o quadro geral das relações de forças.

Em verdade, seria simplista afirmar que a situação de crise teríamos uma resposta determinada da classe operária. Nesta linha fatalmente incorreríamos numa visão mecanicista.

"Inicialmente, pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzem acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal"(6).

---

(6) - Ver Antonio Gramsci - Maquiavel (a política e o Estado Moderno) Rio de Janeiro - ed. Civilização Brasileira 1968.

A greve de 1953 é precedida por uma série de reivindicações que expressam a situação da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, servem de "preparação" para a eclosão do movimento.

De acordo com o jornal "O metalúrgico" de janeiro de 1952 as condições de vida da classe operária estavam muito prejudicadas:

"A fome, a nudez, a tuberculose, rondam os lares das modestas famílias dos trabalhadores paulistas mais humildes, a mortalidade das crianças mal nutridas é verdadeiramente espantosa, nos sanatórios não mais existem vagas... E quem será o responsável por toda essa desgraça? E dizem por aí... o governo não tem culpa. Os partidos políticos não tem culpa. Os grandes magnatas da indústria não têm culpa. Os pequenos industriais não podemos culpa-los e se assim o fizermos tão somente estamos incorrendo em erro. E novamente pergunto, quem será o responsável por essa situação?"<sup>(7)</sup>.

Na realidade, durante os anos posteriores à guerra, o salário real dos trabalhadores na indústria não cessara de cair. Embora Getúlio tenha elevado o salário mínimo em 1952 e em 1954, essas elevações serviram apenas para repor uma parte do poder aquisitivo dos salários. O ano de 1940 tomando-se como base igual a 100, registra que em 1943 o salário real dos trabalhadores elevava-se a 104. Em 1946 no entanto, caíra para 90. No ano de 1949 baixara a 87, em 1952 chegara a 64 e em 1955 já era 58<sup>(8)</sup>.

---

(7) - Jornal "O metalúrgico" publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos - Janeiro de 1952.

(8) - Ver Ianni, Octávio, Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 1971.

Analisando a relação entre salário real e acumulação Francisco de Oliveira<sup>(9)</sup> evidencia que o esforço da acumulação no Brasil foi feito, em parte, pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Embora a mobilidade social tenha sido identificada por muitos estudiosos como melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, em virtude do ascenso à vida urbana, Francisco de Oliveira ressalta que são as relações entre salário real/custo de reprodução urbana da força de trabalho e salário real/produtividade que permitirão melhor compreensão do processo. Observaremos inicialmente a primeira relação.

Dados coletados pelo autor mostram para o salário de São Paulo e Guanaraba a seguinte evolução:

ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL GUANABARA - S. PAULO índices (Base-1944-100)		PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PAÍS índices (Base 1949-100)
	Guanabara	S. Paulo	
1944	100	100	—
1945	84,2	80,3	—
1946	74,1	70,9	—
1947	60,7	53,8	81,5
1948	58,0	49,6	90,7
1949	55,4	50,4	100,0
1950	50,9	47,9	111,3
1951	53,6	53,0	118,4
1952	122,3	124,8	124,3
1953	107,1	101,7	135,1
1954	144,6	138,3	146,8
1955	142,9	139,3	162,4
1956	150,9	147,0	173,6
1957	159,8	153,8	183,5
1958	140,2	133,3	213,2

FONTE - Conjuntura Econômica, vol 25 nº 9, 197 quadro 11 e Anuário Estatístico do Brasil

(9) - Oliveira Francisco: "A economia brasileira: crítica e razão dualista", Seleções Cebrap nº 1 pg 41-44.

Para Francisco de Oliveira os anos referentes na tabela indicam 2 fases no comportamento do salário mínimo real: A primeira entre os anos de 1944 e 1951 reduz pela metade o poder aquisitivo do salário. A segunda entre os anos de 1952 e 1957 mostra recuperações e declínios dependendo do poder político dos trabalhadores. Essa fase corresponde à do segundo período de Vargas, prolongando-se até o primeiro ano do governo Kubitschek.

É interessante observar na tabela que a diminuição de salários em 1953 foi precedida de um pequeno aumento em 1951, duplicado em 1952. As greves ocorridas em 1952, 1953, 1954 talvez sirvam para justificar a afirmativa de Francisco de Oliveira: as oscilações salariais nesse período dependiam da ação reivindicativa dos trabalhadores e a taxa de exploração da força de trabalho diminuía apenas quando o poder político dos trabalhadores pesava decisivamente.

Para fortalecer essas conclusões, Francisco de Oliveira acrescenta que no Brasil 67,5% dos trabalhadores industriais recebiam salário mínimo, sendo que, em São Paulo, essa percentagem se elevava para 71%.

Na segunda relação observa-se que o crescimento do produto real no setor industrial superou sempre a taxa de absorção da mão-de-obra pela indústria e, comparativamente à evolução do salário mínimo real em São Paulo e Guanabara, constata-se um crescente diferencial entre as duas variáveis.

O aumento da produtividade, superando a taxa de absorção da mão-de-obra, implica o aumento da mais valia relati

va e conseqüente aumento na taxa de exploração da força de trbalho.

Em abril de 1952 encontramos no jornal do Sindicato dos metalúrgicos outra nota referente à situação descrita acima: "Falta carne, falta arroz, sobe o preço da manteiga, do leite, do pão, do vestuário e do futebol, sobe diariamente o preço dos medicamentos, todos os preços enfim, crescem e de maneira assustadora !!! 'E os salários? estes continuam "congelados" ou miseravelmente aumentados, à custa de greves, pancadarias e prisões".

O sindicato declarou-se mais algumas vezes a favor de reajuste salarial em tom cada vez mais radical, onde os trabalhadores eram estimulados a tomar medidas práticas. Realiza-se, então, uma assembléia geral extraordinária onde foi decidido pleitear um novo aumento através da aprovação das seguintes propostas:

- 1 - Contato intersindical para movimentos de conjunto em prol do aumento de salários.
- 2 - Realização de uma próxima assembleia para discussão do aumento de salários.

As tentativas de acordo com a Delegacia Regional do Trabalho não resolveram a situação e, segundo comunicado do sindicato dos metalúrgicos, foram cassadas as palavras de diversos trabalhadores, como também foi proibida a criação de uma comissão para discutir o problema <sup>(10)</sup>.

---

(10) - Jornal "O metalúrgico" do sindicato dos metalúrgicos, março de 1953.

A falta de um acordo e a urgência de uma situação que se agravava com o passar do tempo fizeram com que o sindicato dos metalúrgicos realizasse uma assembléia no dia 25 de janeiro e resolvesse, por unanimidade, pleitear um aumento fixo de 800 cruzeiros. Por outro lado, a diretoria organizava uma comissão para coleta de dados sobre o aumento do custo de vida.

O movimento dos metalúrgicos levou os empregadores a se manifestarem por intermédio de seus sindicatos, submetendo a proposição a um estudo cuja resposta seria dada no dia 20 de março.

A mobilização dos metalúrgicos, porém, não era isolada. Também os têxteis, marceneiros e gráficos reivindicavam aumento de salários e isso levou a uma união destas categorias em torno do mesmo objetivo. Ficou decidido realizar uma passeata, pois os operários entendiam que "o governo era responsável pela situação decorrente da carestia insustentável para o trabalhador".

Finalmente reuniu-se a assembléia permanente dos trabalhadores metalúrgicos a fim de receber a resposta dos empregadores. Os sindicatos patronais, tecendo considerações sobre a escassez de matéria prima e de material elétrico, concluiram pela negação do aumento solicitado. Considerando a alta do custo de vida, recomendaram a concessão de aumentos parciais de acordo com cada empresa e solicitaram a Delegacia Regional do

Trabalho e trabalhadores a instauração do dissídio<sup>(11)</sup>.

A proposta de abertura do dissídio coletivo foi logo rejeitada pelo sindicato dos trabalhadores que, conhecendo a morosidade com que se processaria o julgamento, considerou essa medida como forma dos empregadores provocarem a desistência dos trabalhadores.

É necessário ressaltar a tentativa dos empregadores de para evitar o conflito direto classe a classe, conduzirem-no para o interior da administração estatal. Seria uma forma de transferir o conflito da "sociedade civil" para a "sociedade política". Aliás, esse aspecto mantém uma coerência muito grande com as tendências em curso no regime Vargasista. A legislação, através de um conjunto de normas reguladoras das condições de trabalho, estabelecia as regras das disputas, bem como a forma de solucioná-las. Este teria sido o objetivo da criação das leis do trabalho e sindicatos<sup>(12)</sup>.

A decisão da proposta de rejeição do dissídio coletivo foi acompanhada por um ultimatum dirigido aos industriais concebido nas seguintes resoluções:

---

(11) - A consolidação das leis do trabalho forneceu em 1943 uma regulamentação precisa a fim de solucionar as questões entre empregados e empregadores, através da criação da justiça do trabalho. Assim, os dissídios individuais, os dissídios coletivos e a aplicação de penalidades por desrespeito às normas tutelares do trabalho e às normas de contratação tornaram-se funções da justiça do trabalho.

(12) - Ver a esse respeito a tese de doutoramento de Francisco C. Weffort, intitulada "Os Sindicatos na Política", S. Paulo, mimeo.

- 1 - Dar aos industriais um último prazo para atender ao pedido de 800,00 fixos.
- 2 - Realizar uma assembléia na sede do sindicato onde se reuniriam todas as categorias dos sindicatos que estivessem lutando por aumento de salários visando solidariedade e deliberações em comum.
- 3 - Realização no próximo dia 25 de março de mais uma sessão da assembléia permanente.
- 4 - Reforçar a Comissão Contra o Aumento do Custo de Vida e também a Comissão de Estudos Econômicos por Aumento de Salários.

Diante da insatisfatória resposta dos empregadores os trabalhadores decidiram ir à greve geral, acompanhando os têxteis que, um dia antes, já haviam tomado essa atitude.

A resolução da greve foi rapidamente difundida, atingindo um total de 220.000 trabalhadores oriundos de diversas categorias. Decretada a greve geral, os trabalhadores distribuíram o seguinte manifesto:

"...Nesse sentido, diante da criminosa negativa dos patrões levamos ao conhecimento do povo que estamos sendo vítimas da ganância dos empregadores, que não querem diminuir os lucros em benefício de milhares de trabalhadores e suas famílias que se encontram em situação aflitiva. Diante dessa situação, lançamos aos senhores empregadores as responsabilidades pelo que acontecer, por não atenderem as reivindicações, pois iremos à luta, e temos certeza, contaremos com solidariedade moral e financeira do povo, dos trabalhadores dos sindicatos de São Paulo, que sofrem como nós as

consequências desse estado de coisas que estamos atravessando"(13).

Logo em seguida, outro manifesto era lançado aos metalúrgicos em geral e distribuído nas fábricas com o seguinte conteúdo:

"Companheiros metalúrgicos: A assembleia realizada no dia 25 de março pp. deliberou declarar-se em greve geral. Agora, mais do que nunca, cerremos as fileiras com o sindicato, pela obtenção dos 800 cruzeiros. Todo e qualquer acordo deve ser feito com assistência do órgão sindical. Tudo pela Unidade dos Trabalhadores"(14).

Embora a insuficiência de dados não nos permita afirmar que a iniciativa da greve tenha sido dos sindicatos, eles tomaram a si a responsabilidade do movimento. Mesmo na hipótese de que tenham sido pressionados a isso, foram eles que encaminharam todas as negociações. É necessário ressaltar que nessa época a influência do partido Comunista nos sindicatos era grande e a suposição de sua grande influência na eclosão do movimento é inteiramente viável. Em reforço a essa hipótese, temos o fato de que o maior líder do movimento, Antonio Chamorro, era filiado ao Partido Comunista.

Decretada a greve, a Delegacia Regional do Trabalho dispôs-se a tentar um acordo entre as partes, promovendo reunião conjunta dos diretores dos sindicatos dos trabalhadores e empregadores. Como os entendimentos não se revelaram satisf

---

(13) - Jornal "O metalúrgico" de abril de 1953 pg. 2

(14) - Jornal "O metalúrgico" de abril de 1953 pg. 3

tórios foi instaurado o dissídio ex officio de acordo com o de creto lei 9070 com o prazo de dez dias para a solução do proble ma.

A repressão ao movimento foi entregue ao Departa mento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado de São Paulo, contando depois com o auxílio da polícia militar estadual e, mais tarde, do 2º exército. Ao DOPS, segundo um pronunciamento feito por esse órgão, caberia a tarefa de "garantir, eficiente mente, aqueles que desejam trabalho, bem como a propriedade par ticular"<sup>(15)</sup>.

Na primeira fase de greve, a polícia tentou con trolar os operários obrigando-os a entrar em serviço e prenden do aqueles que se rebelavam.

No espaço de três dias a greve recebia novas ade sões. Segundo informação do DOPS, publicada no jornal Estado de São Paulo<sup>(16)</sup>, estavam fechadas 33 tecelagens e metalúrgicas e em greve 23.137 operários. À medida que o movimento aumentava, havia também maior repressão policial<sup>(17)</sup>, razão pela qual os sindicatos enviaram ao governador o seguinte telegrama:

"Usando de um direito reconhecido pela Constituição Federal, trabalhadores se

---

(15) - Jornal "Estado de São Paulo", 28 de março, pg. 6

(16) - Jornal "Estado de São Paulo", 28 de março de 1953

(17) - Segundo o Jornal Estado de São Paulo de 28 de março vários operários foram espancados e uma operária que avisava ao sindicato, por telefone, a prisão de menores, havia si do ferida além de espancada.

declararam em greve geral visando melhores salários e rebaixamento dos preços astronômicos dos artigos de primeira necessidade. A luta dos trabalhadores, porém, vem se processando de maneira pacífica e ordeira. Entretanto, a polícia política e militar tem agido com excesso e violências inauditas, tratando trabalhadores como se fossem animais e não seres humanos que lutam por seus direitos, especialmente pelo direito de não se deixarem matar pela fome e pauperismo. Deploramos essa situação de excesso, que urge ser evitada, mesmo porque entendemos que todos são iguais perante a lei e é injusto que, sob desculpa de se protegerem interesses dos patrões já enormemente protegidos, se descarreguem violências contra trabalhadores inermes e pacíficos. Por isso, nos dirigimos a vossência fazendo um apelo no sentido de que os trabalhadores homens, mulheres e menores sejam tratados pelos responsáveis pelo policiamento com maior respeito e humanidade, porque são excessos como esses que fazem o povo descrever de seus governantes e seus apelos..."(18)

Apesar das manifestações dos sindicatos no sentido de evitar choques com a polícia, era constante a ação policial nas portas das fábricas contra os piquetes.

A organização operária era feita do seguinte modo: pequenos grupos mantinham os piquetes; cada sindicato apresentava, ao nível de suas diretorias, uma comissão de greve que era distinta dos sindicatos e integrada pelos líderes do movimento; a comissão central da greve mantinha o comando geral do movimento, desempenhando uma função que transcendia a dos sindicatos envolvidos no conflito; os piquetes eram formados de 3 a 5 homens e percorriam as fábricas para fiscalizar os trabalhadores em greve. Segundo um informante, os piquetes eram importantes porque impediam que os operários retornassem ao trabalho. Eles

---

(18) - Jornal "O metalúrgico" abril de 1953.

agiam como grupo de pressão ameaçando os "furadores de greve". Os próprios donos das indústrias preferiam que suas fábricas parassem porque eram ameaçadas de apedrejamento, caso os operários lá se mantivesse trabalhando. Os piquetes distribuíam-se pelos diversos bairros da cidade.

As conversações prosseguiam e pareciam longo de alcançar algum acordo. Em reunião realizada com a diretoria e Conselho do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, o presidente fez amplos relatos dos entendimentos que vinha mantendo com as diretorias dos sindicatos dos trabalhadores a fim de solucionar o problema. Segundo a entidade dos empregadores, havia firme propósito de manter a "harmonia", desde que os trabalhadores saíssem do clima de "intransigência" em que se colocaram. Os empregadores também salientaram que as greves eram destituídas de qualquer fundamento, de vez que os trabalhadores dispunham de "rumos legais" para a obtenção das reivindicações.

Também o Ministério do Trabalho pronunciou-se, declarando à imprensa que estava adotando as medidas para resolver a questão. Informou ainda que a Delegacia Regional do Trabalho, após negociações fracassadas entre patrões e empregados que resolveu encaminhar o pedido de aumento de salários ao Tribunal Regional para a instauração do dissídio ex officio<sup>(19)</sup>.

É necessário ressaltar que o conflito de classes expressa-se em vários momentos através do Estado ou sociedade polí-

---

(19) - De acordo com o decreto lei 9070 não podem os trabalhadores prosseguir o movimento após a instauração do dissídio ex officio.

tica. De acordo com Maria Herminia Tavares<sup>(20)</sup>, dadas as características da organização sindical brasileira, sem raízes profundas nas empresas, e a atuação particular do Estado na disciplina das relações entre as classes sociais, o conflito entre trabalhadores e empregados não é apenas mediado via Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho, etc. O confronto é feito indiretamente. A pressão operária dirige-se ao Estado e, através de órgãos ou por ta vozes deste, atinge o patronato. A disputa entre os dois conflitantes se dá no interior do aparato estatal, tanto através de um sistema de alianças que cada um deles estabelece com os que controlam certos órgãos estatais, como através da existência de representantes diretos de seus interesses.

Também Weffort<sup>(21)</sup>, analisando os sindicatos no período populista, observa que, embora as reivindicações operárias fossem apresentadas contra os patrões, os problemas econômicos vividos pela empresa eram transferidos ao governo. Seguindo uma ideologia nacionalista de colaboração de classes, a orientação sindical poderia ser traduzida da seguinte forma: o empregador deveria conceder o aumento de salários aos operários e o governo deveria garantir ao empregador condições para que houvesse esse aumento. Isso constituiria a aliança triangular operariado/burguesia Estado em funcionamento. No decorrer da greve em questão

---

(20) - Tavares Maria Herminia: "O sindicato no Brasil": novos problemas, velhas estruturas, Revista debate e crítica nº 6, julho 1975.

(21) - Weffort Francisco "Os sindicatos na política" Tese de doutoramento S.P. 1968.

os constantes apelos à intervenção governamental se faziam sentir como forma de garantir pressão sobre os patrões.

A greve prosseguia sua marcha. Algumas violências cometidas por elementos do DOPS levaram os sindicatos em greve a apelar para a Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública. O DOPS justificou então sua atuação através do seguinte comunicado:

"Alertamos a população de São Paulo em geral, e aos trabalhadores em particular, que representa a atuação dos comunistas nos atuais movimentos grevistas. Em si, a greve é legítima de regime democrático e de exercício das liberdades institucionais. Os desníveis entre o salário e o custo de vida geram a necessidade de se restabelecer o equilíbrio, que os operários muitas vezes precipitadamente e por instigações alheias a seus interesses, resolvem fazê-lo pela greve. Em nosso país os tribunais de trabalho estudam os casos que lhes foram apresentados pelos sindicatos e promovem pacificamente, o reajustamento dos salários, em proporção ao aumento do custo de vida. Embora, muitas vezes, inoportuna e contraproducente, a greve ou parede econômica e, repetimos, manifestação genuína da vida democrática..."(22)

A greve, enquanto manifestação econômica, era tolerada pelos órgãos de segurança. De acordo com os pronunciamentos ela era de caráter econômico, mas poderia ser utilizada para eventuais manobras comunistas. O fato é que aos sindicatos era atribuído apenas o papel de órgão reivindicador de salários. Qualquer exigência que questionasse a organização sindical estipulada pelo Estado bem como extrapolasse o nível de empresa era vista como coisa estranha aos interesses dos operários e incentiva

---

(22) - Segundo Jornal O Metalúrgico de abril de 1953.

da por elementos "perturbadores" da ordem.

A 30 de março o movimento grevista contou com mais uma adesão. Os marceneiros decretaram greve geral reforçando as categorias que já se encontravam em greve.

No dia seguinte foi realizada uma assembleia com presença de deputados e vereadores culminando em intervenção violenta da polícia: atropelos, espancamentos e prisões. Como a reunião era em praça pública, e a polícia queria impedir qualquer manifestação deste tipo, a tentativa de sair do local em passeata provocou choques com a cavalaria da Força Pública.

Enquanto isso a greve recebia novas adesões: os carpinteiros após uma assembleia geral e pedido de solidariedade dos metalúrgicos e textéis; os operários em indústrias de artefatos de borracha e trabalhadores das indústrias de cristais e vidros.

Segundo informações correntes nos meios operários, estavam em greve 65.000 tecelões, 40.000 metalúrgicos, 10.000 marceneiros e 5.000 trabalhadores de outras indústrias com possibilidades de aumento, de vez que os metalúrgicos e textéis lançaram apelos para a adesão em municípios vizinhos como Sorocaba, São Bernardo e São Caetano. Também o sindicato dos trabalhadores gráficos realizou uma reunião para estudar o problema do aumento salarial, dando um prazo de 24 horas para resposta dos empregadores. Em caso de resposta insatisfatória ficou resolvido que os operários suspenderiam os serviços extraordinários, a fim de terem mais tempo para discussão das propostas apresentadas.

A greve se generalizava. No dia primeiro de abril

realizou-se a audiência de conciliação dos trabalhadores metalúrgicos no Tribunal Regional do Trabalho, no dissídio ex officio solicitado pela Delegacia Regional do Trabalho, sendo sugerido pelo presidente do TRT o seguinte acordo: 23% de aumento sobre os salários de janeiro de 1952. Essa proposta foi encaminhada ao sindicato dos metalúrgicos contando com aprovação dos empregados em geral.

Nesse ínterim verificava-se que industriais isolados ofereciam o aumento pleiteado pelos trabalhadores, mas estes não aceitaram tais propostas declarando que só voltariam ao trabalho com autorização do sindicato e com os trabalhadores das demais indústrias.

A união entre os sindicatos conseguida durante a greve, constitui um dos aspectos mais importantes observados no movimento. Evidenciava a compreensão de que a solidariedade de classe extrapolava o âmbito da empresa e que isso permitia um maior fortalecimento na luta.

Em meio a esses acontecimentos o governador do Estado reuniu o seu secretariado para examinar a situação. Procurou, então, servir de intermediário entre trabalhadores e industriais, tomando como base os 23% para todas as categorias em greve garantindo que essa reivindicação seria atendida prontamente caso fosse aceita pelos grevistas. Mais uma vez observa-se a tentativa de colocar a pressão operária sobre o governo, o qual garantiria aos empregados as condições de aumento. O encaminhamento da greve, no entanto, havia fortalecido e amadurecido as reivindicações dos trabalhadores que, em assembléia, rejeitaram a

proposta do governador, ao mesmo tempo que expediram o seguinte comunicado:

"Em face da proposta do presidente do TRT aceita pelos sindicatos patronais de conceder um aumento de 23% sobre os salários de 1º de janeiro de 1952 atingindo somente os admitidos antes dessa data, resolveu a assembléia dos metalúrgicos por unanimidade:

- a) rejeitar a proposta patronal.
- b) Reafirmar o pedido de 800,00 de aumento para todos os metalúrgicos a ser pago a partir de janeiro do ano de 1953.
- c) Somente voltar ao trabalho quando esta reivindicação tiver sido atendida e depois de serem concedidas garantias aos grevistas de que eles não seriam vítimas de represálias.
- d) Aumentar os esforços para manter a unidade da classe, o recolhimento do auxílio econômico e a paralização total, em greve, do setor dos metalúrgicos." ("O metalúrgico" março de 1953).

No dia 1º de abril, acontecimentos na praça da Sé, aumentaram o clima de agitação. Os trabalhadores que lá pretendiam reunir-se para realização de uma passeata foram dispersados por elementos da polícia. O DOPS, em comunicado através da imprensa, afirmou estarem proibidos desfiles e passeatas.

Apesar da advertência policial, a partir das 14 horas começou a reunião com o local inteiramente patrulado. Inicialmente a polícia tentou dispersar a multidão com as mangueiras e carros-tanque. A medida em que grupos iam se dispersando

surgiam outros. Com a correria várias pessoas sofreram ferimentos e várias prisões foram efetuadas.

Em vista das ocorrências na Praça da Sé o DOPS emitiu o seguinte comunicado: "lamentando as ocorrências hoje verificadas, o Departamento de Ordem Política e Social cumpre o seu dever de sobre as mesmas informar o público.

Determinações reiteradas da Secretaria da Segurança atendendo a razões superiores de ordem pública, haviam proibido a realização de comícios e passeatas em ruas e praças públicas sem impedir o exercício do direito de reunião em recintos fechados. Ainda ontem, por meio da imprensa e das estações de rádio, essas determinações foram renovadas com um apelo dirigido à população para que colaborasse com as autoridades policiais a bem da ordem e da paz social, abstendo-se de tais manifestações.

Este departamento presta sua homenagem à classe operária que se não deixou envolver por elementos extremistas empenhados em tirar proveito próprio das atuais conjunturas econômicas a fim de arrastar à desordem e à desorganização social.

De fato, poucos eram os operários presentes à praça da Sé, onde a massa maior era constituída por populares arrebanhados por agitadores profissionais.

Mesmo esses populares teriam cumprido a advertência de se retirarem do local, se alguns políticos menos avisados ali convocados por interessados, não houvessem assumido atitudes demagógicas insistindo na realização da passeata que a autoridade competente havia proibido. O Departamento de Ordem Política e Social reiterando a proibição já do conhecimento público, apela,

de novo, para a população "ordeira" de São Paulo e para os legítimos representantes do povo, para que auxiliem as autoridades policiais no cumprimento de seus deveres e em benefício da laboriosa população da capital"<sup>(23)</sup>.

As atitudes tomadas pela classe operária durante a greve começavam a preocupar os órgãos de segurança. É que agora ficava, de certa forma, evidente, que os operários, através de comícios e passeatas, buscavam sensibilizar a população para a compreensão de suas reivindicações. Ressalta-se o conteúdo político da greve que os órgãos de segurança temiam admitir quando afirmavam que a greve era puramente de caráter econômico e só nesse sentido se justificava.

A greve completara sua primeira semana e várias ações vinham se fazendo. O jornal Estado de São Paulo<sup>(24)</sup> publica o panorama geral do movimento:

- Os empregadores na indústria de papel e papelão firmaram um acordo com o sindicato patronal conseguindo um aumento de 15% para os empregados em fábricas de caixa de papelão e de 20% para os empregados nas manufaturas de artefatos de papel e papelão.

- Os empregadores das indústrias de massas alimentícias e biscoitos pleitearam aumento na base de 15%.

- Algumas fábricas de vidros interromperam a produ

---

(23) - Jornal Estado de São Paulo, 19 de abril de 1953.

(24) - Jornal Estado de São Paulo, 19 de abril de 1955.

ção por terem seus operários aderido à greve.

- A greve dos oficiais marceneiros e carpinteiros ganhou novas adesões. De 31 firmas que pararam o trabalho no início da parede, o número passou para 70, com cerca de 15.000 operários, representando 3/4 das indústrias de móveis e carpintaria. Continuam os entendimentos com os operários do mesmo ramo nos municípios de São Caetano, Santo André e São Bernardo para que se declarem também em greve.

- Os metalúrgicos tiveram novas adesões contando agora com 120 indústrias paralisadas.

- Os tecelões conseguiram interromper o serviço na maioria das pequenas e grandes indústrias de fiação e tecelagem. Do total de 96.000 operários 85.000 já estão em greve.

A greve expandia-se cada vez mais e acentuava-se, também, a crise política, com o aproveitamento da situação por parte da oposição. Assim, o jornal "O Estado de São Paulo" publicava no dia 31 de março:

"As greves de grande proporção que estalaram em São Paulo eram greves esperadas em vista da incapacidade do governo para conter a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Antes de subir ao poder prometeu o Sr. Presidente da República mundos e fundos às classes trabalhadoras, assegurando-lhes que, dentro em pouco, haveria uma baixa geral no preço das mercadorias essenciais à subsistência do povo. Foi S. Excia. para a presidência, renovou as promessas e tudo piorou. O malogro das medidas adotadas é evidente, como evidente é, também, a incompetência das pessoas a quem o governo encarregou de aplicar essas medidas. Tudo, porém, continuou na mesma. O sr. Presidente da República não praticou um só ato que melhorasse a situação. A sua inércia entrecortada, aqui e ali, de orações demagógicas, não se alterou. Desanima

dos de obter do governo o que este lhes promete e não lhes dera - a vida barata - os operários de São Paulo solicitaram aos patrões aumento de salários. Como não os alcançassem e à medida de seus desejos, declararam-se em greve."

A situação da crise geral era utilizada por diversos parlamentares da oposição que aproveitavam-se da situação oferecendo solidariedade aos operários em greve.

É assim que alguns vereadores participam de passeatas e realizam comícios. No dia 19 de abril, na sessão da Câmara Municipal de São Paulo, travava-se um debate sobre o assunto. Ao mesmo tempo em que a eclosão da greve era atribuída à alta do custo de vida e, nesse sentido, poderia ser considerada como justa reivindicação dos trabalhadores, denunciava-se a "torpe manobra de elementos que pretendem confusão e clima de insegurança". As autoridades e órgãos federais seriam responsabilizadas pela falta de uma política financeira e pela falta de medidas capazes de frear a carestia.

Também o prefeito eleito Jânio Quadros solidarizou-se com os grevistas, defendendo-se, no entanto, da acusação de que ele havia redigido manifesto aos grevistas:...

"Estou à presença do amigo e companheiro para manifestar a minha integral solidariedade com as diversas categorias de trabalhadores, ora empenhados em justa campanha grevista..."(25).

Com esse discurso, proferido na Câmara, Jânio Quadros não só tentou conseguir apoio dos trabalhadores como também

---

(25) - Jornal Estado de São Paulo, 2 de abril de 1953.

evitar possíveis reações da oposição.

As discussões na Câmara prosseguiram e o Partido Republicano Paulista criticou as declarações prestadas pelo ministro do Trabalho, favoráveis à decretação de uma nova lei para "evitar que os comunistas e agitadores dominassem o país, arrastando a classe trabalhadora à desordem". Segundo o representante do partido essas palavras eram desculpas para preparar o país para o desencadeamento de golpes contra o regime. As atuais greves dizia o orador eram incentivadas pelo próprio Ministério do Trabalho, tendo-se em vista a impotência da Delegacia Regional do Trabalho diante de situações de crise.

As bases do Estado Populista pareciam estar alteradas e o governo não cessava de ser responsabilizado pela situação. No dia 7 de abril o editorial do "O Estado de São Paulo" publicou a seguinte nota:

"... A gravidade da situação não comporta adiamentos nem temporizações. O movimento grevista que há tantos dias perturba a vida das indústrias paulistas e que ameaça alastrar-se a outros Estados é indício indizível de que teremos que enfrentar agitações tremendas se o governo se mantiver, como até aqui na expectativa de um ato da Providência Divina que o liberte das aperturas, em que se debate..."(26).

Enquanto surgiam novas adesões à greve, os representantes dos sindicatos apresentaram uma proposta conciliatória ao governador:

1 - Aumento geral de 600,00 fixos, a partir de mar

---

(26) - Jornal Estado de São Paulo, 7 de abril de 1953.

ço e tendo por base o salário pago em janeiro deste ano, abrangendo o aumento de todos os sindicatos.

- 2 - Pagamento integral dos dias de greve, libertação imediata de todos os trabalhadores presos e compromisso de que não haveria dispensa em virtude do movimento.
- 3 - Em benefício das indústrias e dos trabalhos o racionamento de energia elétrica deveria recair, primeiramente, sobre as atividades e consumidores supérfluos. ("O metalúrgico" abril de 1953).

Essa nova proposta era acompanhada por uma observação que indicava a solidariedade intersindical, escalrecendo que a solução não poderia ser parcial e setORIZADA.

A expansão da greve provocava cada vez mais, maior repressão. O Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional, congelou, nos bancos, os depósitos em dinheiro, amarrando, assim, a mobilidade dos grevistas. Os sindicatos reagiram lançando bonuns de greve<sup>(27)</sup>.

A realização de uma passeata acirrou a repressão. Segundo relatório dos metalúrgicos, os operários, no total de 5.000 foram dispersados pela polícia, travando-se violenta luta que culminou em ferimentos. A passeata, embora proibida pela po

---

(27) - As comissões de greve tentavam conseguir fundos para auxílio aos paredistas por meio de emissão de bônus e um concurso à "Rainha da greve" com votos a 1 cruzeiro cada.

lícia, vinha sendo feita em ordem e os manifestantes davam vivas aos 600,00. Eles teriam vindo para o centro da cidade a fim de se informar sobre o processo a que respondiam trabalhadores na 1.<sup>a</sup> Vara criminal.

Encaminhada a nova proposta também não se chegou a nenhum acordo. É que surgia uma dificuldade imposta pelos industriais têxteis, que alegaram não poder arcar com despesas altas, tendo em vista a concorrência com as indústrias de outros Estados, como os do Nordeste, onde se pagavam salários ínfimos.

No dia 10 de abril houve uma nova audiência no Tribunal Regional do Trabalho que, baseado nas estatísticas de interesse para solução do problema, formulou a seguinte proposta:

- 1 - As empresas patronais concederiam o reajuste de 32% sobre os vencimentos de janeiro de 1952.
- 2 - O aumento teria a duração de 1 ano.
- 3 - Fariam jus ao aumento de 32% todos os empregados que retornassem ao trabalho desde a prescrita data. ("O metalúrgico" abril de 1953).

A proposta foi encaminhada pelo sindicato dos metalúrgicos apesar da declaração dos industriais têxteis que afirmaram não concordar com o aumento de 32%. Enquanto isso, os sindicatos tentaram ampliar as conversações. Resolveram ir até o Rio tratar do assunto com o Presidente da República, que determinou a revisão dos dissídios coletivos de todas as categorias numa possível antecipação de eventuais surtos-grevistas.

As providências tomadas pelo Presidente referiam-se a uma nova redação para o decreto baseado nas tabelas vigentes

de salário mínimo e a reunião de Comissões de salários mínimos de todo o país a fim de eliminar os desníveis entre salário mínimo e custo de vida.

Os apelos dirigidos inicialmente ao governador e agora a Vargas vêm comprovar a presença de um velho hábito disseminado pela ideologia populista, que é o de considerar o governo como árbitro, das disputas sociais. É interessante observar que, após todas as críticas feitas ao governo, colocando-o como "responsible" pela situação, foi a ele que, em última instância, se recorreu, apesar da ampliação do movimento que vinha comprovar sua força.

Enquanto isso, o país vivia um clima de agitação que não se resumia à cidade de São Paulo. Segundo dados do jornal "O Estado de São Paulo"<sup>(28)</sup>, também em Santos houve agitação sob acusação do elevadíssimo custo de vida. Elementos do Partido Comunista estiveram distribuindo panfletos no Cais incentivando doqueiros e estivadores a entrarem em greve. Também em Jundiaí, os tecelões e operários da indústria de cerâmica aderiram ao movimento com cerca de 4.000 operários.

"O Estado de São Paulo", apresenta um balanço dos acontecimentos: Em São Paulo estavam paralisadas 930 tecelagens e fiações quase uma centena de estabelecimentos metalúrgicos, fábricas de móveis e oficinas de carpintaria, vidrarias e fábricas de cristais, bebidas e malharias. Os operários da Companhia de Gás ameaçaram, também, ir à greve ao lado dos trabalhadores da

---

(28) - Jornal Estado de São Paulo, 9 de abril de 1953.

construção civil. Em Sorocaba houve adesões com reuniões e comícios. Em Osasco verificaram-se novos choques entre grevistas e policiais culminando em prisões de piquetes que tentavam conseguir adesão de 800 operários. Na fábrica da Cica houve também eclosão de greves. Em São Caetano do Sul encontravam-se em greve as fábricas de louças "Cláudia", "Rayon", "Matarazzo" e metalúrgica São Francisco.

As conversações acerca de um possível acordo prosseguiram e a solução dependia dos industriais têxteis, de vez que teria havido concordância das outras categorias acerca das propostas.

Por fim, houve concordância da decisão do Tribunal Regional do Trabalho para o aumento de 32%.

O final da greve foi decretado após realização de um plebiscito que obteve 7.337 votos a favor e 851 votos contra. Os itens do acordo final eram os seguintes:

- 1 - Aumento de 32%.
- 2 - Teto de 800,00 como majoração máxima a ser concedida nos moldes da decisão do TRT para os metalúrgicos.
- 3 - Vigência de 2 anos para o acordo, com direito à revisão depois de 1 ano.
- 4 - Ressalva de que as empresas deficitárias que provarem incapacidade econômica para suportar as majorações fiquem desobrigadas do compromisso.

- 5 - A limitação do teto de 800,00 não atinge os te  
celões que não sofrerem imposição dessa cláusu  
la no Tribunal.
- 6 - Não haverá qualquer punição nas empresas para  
os participantes da greve, nem poderão ser fei  
tas demissões de empregados por esse motivo.
- 7 - Condicionamento à imediata volta dos trabalha  
dores ao emprego, com um máximo de 48 horas de  
prazo.
- 8 - Homologação de acordo pela justiça do trabalho,  
para adquirir força de lei.
- 9 - Para os tarefeiros, os 32% serão calculados so  
bre o preço unitário das peças.

Os operários dirigiram-se da Secretaria do Traba  
lho para o palácio dos Campos Elíseos onde foram lidos os termos  
do acordo para o governador, solicitando o cumprimento das pro  
postas aos industriais.

Após tudo isso, surgiu um novo impasse no ato da  
assinatura definitiva quando não havia ainda sido solucionada a  
questão do pagamento dos dias parados e a soltura dos trabalhado  
res presos. É que os industriais haviam se recusado a pagar os  
dias paralisados argumentando que isso seria um prêmio para os  
grevistas: A questão do pagamento dos dias parados foi negociada  
por um acordo que incluía adiantamentos sobre o salário e adian  
tamento de férias.

A soltura dos presos, também, tornou-se difícil  
porque a polícia quis tornar patente que todos os detidos haviam

perturbado a finalidade do movimento.

Resolvido o impasse através da soltura dos presos e pagamento dos dias parados, a greve chega a seu final com a assinatura do acordo marcada para o dia 23.

### c) AUTONOMIA DA CLASSE OPERÁRIA?

A relação do movimento grevista estabelecida entre base e cúpula interessa-nos de forma especial constituindo uma razão para um aprofundamento da discussão.

Considerando-se que a nossa proposição inicial diz respeito a existência ou não da autonomia da classe operária face as representações estatais é importante observar a atuação desses organismos na greve que possibilite observar o grau de dependência da classe operária.

É lógico que um estudo completo da vinculação entre classe operária e seus órgãos de representação exigitis uma série de dados, cuja fonte, por excelência, não poderia ser secundária. Nesse sentido, reconhecemos as falhas que porventura possam vir à tona em face da existência de escassos dados primários.

A questão inicial é saber de onde partiu a iniciativa da greve. Mesmo que os sindicatos tenham assumido a responsabilidade pela eclosão do movimento, teriam sido forçados de alguma forma, pela classe operária, ou, pelo contrário, teriam dirigido todo o encaminhamento da questão?

Na realidade, os sindicatos dos têxteis e metalúrgicos tomaram para si a responsabilidade da greve. Todavia, gostaríamos de examinar um comunicado dos têxteis que dá subsídios para a questão:

"Todas as medidas foram adotadas previamente para que a luta por maiores salários não chegasse ao extremo a que chegou. Procuraram-se entendimentos e, durante meses, o assunto foi amplo e abundantemente debatido. Entretanto, teve que acontecer o inevitável, por falta de soluções das reivindicações. Desesperados e descrentes de tudo, os trabalhadores foram à greve e a assembleia do dia 25 nada mais fez do que já havia declarado"(29).

Podemos constatar que, embora 'as lideranças sindicais encaminhassem o movimento, a pressão' de base era uma realidade condicionada pela situação urgente. É tanto que, antes da greve, declarava-se oficialmente que grupos isolados de trabalhadores já haviam iniciado o movimento por conta própria sendo, porisso, violentamente reprimidos<sup>(30)</sup>. Em conversa com um dos participantes do movimento ele deixa esse aspecto bem claro, falando sobre a liderança na greve:

"Naquela época, poderiam até colocar um cachorro na frente dos trabalhadores que eles ouviam porque a situação era muito ruim".

Esse depoimento evidencia que as condições existentes eram bastante favoráveis a movimentos grevistas mesmo na

---

(29) - Jornal do Estado de São Paulo de 31 de março de 1953.

(30) - Cf. Moisés José Álvaro. 1953, a greve dos 300 mil em São Paulo - Revista Contraponto nº 1, novembro de 1976.

hipótese da existência de uma liderança não muito radical nas suas proposições.

A pressão para que os sindicatos aderissem à greve pode também ser percebido pelas assembléias realizadas com os trabalhadores metalúrgicos. Em sessão realizada no dia 15 de março compareceu uma comissão especial de marceneiros, têxteis e metalúrgicos formada por trabalhadores que reivindicavam aumento de salários. Essa comissão era composta de elementos que não mantinham cargos de direção nos sindicatos e foi muito importante no sentido de pressionar os trabalhadores para o desenvolvimento da greve. Durante a reunião um líder dos têxteis convidou os metalúrgicos a lutarem até o final sendo por isso bastante aplaudido<sup>(31)</sup>.

As comissões de greve supra sindicais parecem ter ido além das diretorias sindicais. Tanto que, quando há uma tendência, por parte das diretorias, de aceitar as propostas de conciliação da Delegacia Regional do Trabalho, na base de 23%, realiza-se uma assembléia em que a proposta é derrotada.

Na realidade, se podemos observar uma relativa de faseagem entre base e cúpula no que se refere aos sindicatos, temos que levar em conta a ação organizatória do PC. Em entrevista, um participante da greve afirmou que, no período, era muito grande a influência deste partido, principalmente no sindicato dos têxteis que manteve uma atuação mais radical no movimento. Os elementos do PC que tinham grande infiltração nos sindicatos, se

---

(31) - Ata da Assembléia dos metalúrgicos realizada no dia 15 de março.

gundo um informante, não apareciam quando era necessário entrar em acordos oficiais por causa da sua situação de ilegalidade.

Na verdade, em face do aprofundamento da guerra fria entre União Soviética e Estados Unidos, o PC mantinha uma a atitude de absoluta intransigência contra Vargas, denunciando o presidente como comprometido com o imperialismo a exemplo da comissão mista Brasil-Estados Unidos. A política que o partido vinha desenvolvendo partia do pressuposto de que era preciso preparar o país internamente para a revolução. Essa posição não era desconhecida dos meios oficiais. Tanto que o jornal "O Estado de São Paulo"<sup>(32)</sup> publica na íntegra o seguinte comunicado retirado do jornal comunista "Notícias de Hoje":

"Chamamos a todos os trabalhadores das cidades e do campo, manuais e intelectuais, homens e mulheres para ação e para luta por esse programa revolucionário e a todos convocamos para organizarem, sem perda de tempo, no País inteiro, amplos comitês de libertação nacional".

Apesar da atuação dos sindicatos e do Partido Comunista, características espontaneistas do movimento podem ser sentidas em vários aspectos. Na manifestação realizada na praça da Sé, (vide página 81) com a participação de 300 trabalhadores onde foram presos vários operários, a diretoria do sindicato dos trabalhadores têxteis renegou a manifestação e recomendou aos associados que não participassem de atos coletivos a não ser quando organizadas pelos próprios sindicatos.

A realização de uma passeata na rua da Mooca tam

---

(32) - Jornal "O Estado de São Paulo" 1º de abril de 1953.

bem expressa atitudes que foram tomadas independentemente dos sindicatos. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos expediu um comunicado em que afirmava não haver endossado a passeata exprimindo discordância de "atitudes tomadas por elementos estranhos a seus quadros".

Até que ponto essas manifestações constituíam divisões das lideranças e organizações ou até que ponto representavam, realmente, manifestações espontaneistas é uma questão relevante cuja resposta, já pode, com certa segurança, ser delineada, apesar da escassez de material editado.

Assim, o material por nós obtido nos leva a concordar com a hipótese de J. A. Moisés<sup>(33)</sup> sobre a tendência espontaneista no movimento, por não haver, na época, outras organizações de esquerda com força suficiente para levar a efeito manifestações. Por outro lado, a hipótese de dissidências dentro do próprio PC torna-se difícil de ser comprovada.

Os aspectos espontâneos do movimento foram utilizados por líderes políticos que esperavam obter com seu apoio à greve, uma base de liderança junto a classe operária.

No dia 26 de março em reunião na Assembléia Legislativa estadual, discutia-se a relação entre o pleito municipal e a greve dos tecelões e metalúrgicos<sup>(34)</sup>. Segundo um orador, pertencente ao PTB caberia responsabilidade ao executivo esta

---

(33) - Moisés, José Álvaro op. cit.

(34) - Cf. o jornal Estado de São Paulo de 1º de abril de 1953.

dual pela greve e pela situação reinante de vez que, o próprio governo teria inspirado as candidaturas comunistas nas eleições vencidas por Jânio Quadros e Porfírio da Paz. Outro orador le vou ao conhecimento da assembléia um manifesto subscrito por Jâ nio Quadros e vários outros deputados, no qual se afirmava que os candidatos que apoiaram a candidatura vitoriosa se sentiam no dever de formular um apelo aos trabalhadores no sentido de torna-rem-se os "fiadores da ordem social" que os comunistas tentavam perturbar. No final do documento constava, ainda, a decla ração de que os deputados se colocavam à disposição dos trabalhadores em suas exigências.

Vários acontecimentos podem ser considerados como tentativas de retirar da greve vantagens políticas. Um vereador do Partido Republicano promoveu um comício em uma fábrica em apoio aos trabalhadores grevistas. Também o Partido Democrata Cristão envia moção de solidariedade aos operários em greve considerando justo o movimento por reivindicações de salários.

O prefeito eleito também pronunciou-se favoravel mente à greve. Negava sua participação, em manifesto dirigido aos trabalhadores, mas ao mesmo tempo oferecia solidarie dade aos grevistas.

A Bancada do PSD, referindo-se à greve, afirmou ser ela ocasionada por uma situação difícil decorrente de uma série de fatores que escaparam à alçada legislativa estadual.

A questão da participação dos sindicatos na greve é um ponto que merece ser discutido. A tática por eles adotada, inicialmente, foi a de tentar esgotar os meios de ação legais

para depois ir ao enfrentamento mais profundo. Na realidade, em alguns momentos, percebe-se que os sindicatos, em certo sentido, procuravam frear uma possível atuação mais radical. Isso transparecia nos constantes comunicados dos sindicatos, como foi o caso dos metalúrgicos que após violenta onda de repressão, pediu aos trabalhadores a manutenção de uma atitude pacífica.

Embora os sindicatos sustentassem, durante a greve, uma atitude firme nas negociações, percebe-se que, ao mesmo tempo, justificavam-se, indiretamente, através da imprensa, perante as autoridades trabalhistas. Às vezes surge uma postura pacifista e de condenação às ações mais radicais dos operários.

Até que ponto, contudo, esta atitude é, realmente, mais uma manifestação da dependência crônica que caracterizava os sindicatos desde sua criação? Ela não poderia, ao contrário, ser interpretada como medida tática mais adequada ao momento? Esta é uma questão de suma importância e, para solucioná-la, é preciso saber o comportamento normalmente assumido pelos sindicatos naquela época.

Como dissemos anteriormente baseando-se nos dados de José Albertino Rodrigues <sup>(35)</sup>, o período que vai de 1952 a 1962 pode ser considerado como a fase áurea do sindicalismo repetindo-se as tendências do período de redemocratização. O ritmo inflacionário e aumento do custo de vida provocam inúmeras greves.

---

(35) Rodrigues José Albertino op cit.

A suposição de que o aumento de mobilização sindical correspondeu a um aumento relativo da autonomia desse órgão pode ser observada no caso concreto da greve, tanto em relação à direção dada ao movimento, quanto no que se refere à firmeza na negação das propostas feitas pelos industriais. É necessário, também, mencionar que a união intersindical obtida durante a greve (ponto, aliás, que pretendemos discutir mais adiante) constituiu aspecto relevante que, apesar de não questionar a própria organização oficial dos sindicatos, serviu para dinamizá-la.

De certa forma, a atuação das comissões de greve supra-sindicais, indo além das diretorias sindicais, foi um importante fator de mobilização, embora não se possa dizer até que ponto foi capaz de questionar a ação sindical. O importante, no entanto, a ser considerado é que essas organizações eram o elemento que completava a articulação entre sindicato e classe operária.

Aproveitando as sugestões de Gramsci, gostaríamos de analisar o papel que ele atribui aos sindicatos para, em seguida, passarmos ao caso concreto que estamos estudando.

Para Gramsci<sup>(36)</sup>, a teoria sindicalista tem fracassado completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. O sindicato torna-se mera forma presente na sociedade capitalista, mas não uma forma potencial de superação desta sociedade. Possui um caráter reformista pois só pode assegurar ao regime burguês um mercado de salários estável e eliminar alguns

---

(36) Gramsci, Antonio - Consejos de fábrica y Estado de la Clase Obrera. México: ed. Roca S.A., 1973.

dos riscos perigosos para a integridade física e moral do trabalhador. O sindicato organiza os trabalhadores não como produtores, mas como assalariados do regime capitalista da propriedade privada, como vendedores da mercadoria trabalho.

Os aspectos mencionados evidenciam, segundo Gramsci, que o sindicato, por si só, não é suficiente para questionar a ordem estabelecida. Portanto, é necessário melhorar as condições de vida material da classe trabalhadora sendo isso um compromisso necessário mas não suficiente. A legalidade, sendo uma conquista da classe trabalhadora determinada pelo compromisso mútuo entre industrial e trabalhador (onde aquele espera obter da classe trabalhadora o respeito e o cumprimento das obrigações contraídas), não representa uma conquista definitiva.

A fim de superar as limitações atribuídas à ordem sindical o autor sugere a criação dos Conselhos de Fábrica, cuja articulação junto ao sindicato permite o julgamento sobre o valor da legalidade industrial.

"El consejo es la negacion de la legalidade industrial, en todo instante tiende a anularla como tiende incesantemente a conducir a la classe obrera a la conquista del poder industrial y a convertirla en frente de se mismo poder. El sindicato es un elemento de la legalidad y se ve obligado a hacerla respetar a sua organizados. El sindicato es responsable de cara a los industriales como lo es ante sus adherentes; el garantiza la continuidad del trabajo y del salario-esto es, del paer y del techo-el obrero y a su familia. El consejo tiende, por su espontaneidad revolucionara, a desencadenar en todo momento la guerra de las classes, el sindicato por su forma burocratica, tiende a no dejar que la guerra de classe se desencadene nunca" (37).

O Conselho, assim funcionaria como um questionamen

to da burocracia sindical e da legalidade, a qual permite a perpetuação do sistema de trabalho estabelecido.

Esse longo preâmbulo é importante para analisar o papel desempenhado pelo sindicato no processo de desenvolvimento brasileiro e, em particular, no caso em questão.

José Albertino Rodrigues<sup>(38)</sup> considera que os sindicatos, colocados artificialmente entre Estado e a classe trabalhadora a fim de impedir conflitos, desempenharam funções de intermediários, sendo porta vozes, de um lado, das aspirações trabalhistas perante o patrão e a autoridade política e, de outro lado, das conveniências e contingências de ordem política do Estadado. O sindicato, pela própria função que assumiu no caso brasileiro, perdeu muito de seu aspecto político, ficando com as funções paternalistas de amparo ao trabalhador. Nesse sentido podemos dizer que, em alguns aspectos e considerando certos períodos, os sindicatos estavam aquém das próprias limitações atribuídas por Gramsci.

Até que ponto a atuação dos sindicatos na greve de 1953 significou uma recuperação das funções políticas e econômicas a elas atribuídas? Mesmo com as limitações no sentido de "questionamento dentro da ordem", até onde os sindicatos efetivaram esse questionamento no desenrolar da greve?

A luta empreendida pelos sindicatos representou, sem dúvida, uma ação reivindicatória de longo alcance que, embo

---

(38) Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Difusão Européia do livro, São Paulo, 1968.

ra inicialmente restrita a um caráter econômico, pela amplitude atingida, serviu para questionar a ordem política. Saber até onde os agentes do processo tinham consciência das relações de forças em que atuavam é aspecto que merece ser levado em consideração.

A duração do movimento bem como a firmeza em torno das propostas constituem indícios de que tanto os sindicatos como o Partido Comunista tinham consciência do nível de radicalização a que poderia chegar o movimento. Sabiam, também do nível das contradições a que havia chegado a política getulista, e tirava de certa forma, proveito das manifestações oposicionistas que viam no conflito a forma de expressar sua agressão ao governo.

A solução da greve, via acordo, significou de algum modo, uma forma de concessão. Entretanto, à reivindicação salarial foram acrescentadas propostas que pediam a soltura dos presos e a cessação da dispensa de operários, colocando a solução do conflito em um outro nível de enfrentamento das classes.

A criação da comissão intersindical de greve parece indicar que os sindicatos sabiam da importância de sua união na obtenção das reivindicações. Esse elemento de organização vinha amadurecendo desde o início do movimento e correspondeu à necessidade sentida pelos líderes de coordenarem o movimento conjuntamente.

Os argumentos até aqui expostos sugerem que os agentes do processo tinham consciência das relações de forças presentes na época da eclosão do movimento. Mas porque o recuo em relação à reivindicação inicial?

A hipótese que nos parece mais viável é a de que a liderança do movimento estava um pouco aquém da radicalização das bases. A atitude dos piquetes e manifestações em passeatas são expressões de atitudes voluntaristas. Assim é que, quando as conversações parecem caminhar para uma solução via acordo, ao nível das bases o movimento se radicaliza com a grande manifestação irrompida no bairro da Mooca, com 20.000 participantes. Nesse aspecto tem sentido a observação, feita anteriormente, sobre a existência de uma relativa defasagem entre base e cúpula. Parece que a liderança "aproveitava-se" de uma situação, mas, como não tinha uma penetração muito forte ao nível das bases perdia, de vez em quando, o curso do movimento.

A concessão feita por ambas as partes, com o objetivo de chegar ao acordo final, não retira o mérito das conquistas obtidas<sup>(39)</sup>. Afora os ganhos salariais a greve significou um questionamento do decreto 9070<sup>(40)</sup> - reedição do tempo do Estado Novo - que considerava a greve ilegal. Ao mesmo tempo, possibilitou uma união de diferentes categorias de trabalhadores que depois vem provocar modificações no movimento sindical.

---

(39) - A decisão do Tribunal Regional do Trabalho foi de 32% sobre os salários de janeiro de 1952, não excedendo porém o aumento do teto de 800,00 a vigência de 2 anos. O Tribunal deu sentença em bases menores que a proposta conciliatória do Juiz Presidente que era de 32% sem limitação.

(40) - De acordo com esse decreto, os dissídios seriam considerados não como problema referente ao mundo do trabalho. Como eram de interesse coletivo, sua solução transcendia a ordem privada cabendo ao poder judiciário o encaminhamento da disputa. Desse modo, as greves só eram admitidas depois de haverem sido esgotados os meios legais de solucionar o problema.

## CONCLUSÃO

A greve de 1953 constituiu, observando-se os acontecimentos políticos da época, uma expressão das tendências críticas presentes no segundo período varguista. Na realidade podemos, de certa forma, afirmar que ela foi "preparada" por uma série de problemas que vinham se desenrolando e que evidenciavam as contradições existentes no populismo.

Raciocinando de acordo com o modelo de Gramsci, diríamos que estava havendo um desequilíbrio nas relações de força, cuja solução, antes confiada ao chefe carismático, parecia agora longe de satisfazer as questões que se colocavam. O desenvolvimento do capitalismo interno, provocando nova articulação das classes sociais, com a instauração da hegemonia do grande capital na indústria, chocava-se com a política de Vargas. A situação de compromissos revelava-se, no momento, incapaz de responder aos ataques da oposição.

As classes subalternas exigiam, agora, para sua situação, uma resposta mais coerente do que aquela muito limitada oferecida pelas promessas demagógicas. O enfrentamento das classes, sempre colocado na esfera da sociedade política, teria, agora, atingido outro nível que o decreto lei 9070 não conseguira evitar.

Em termos de bloco histórico, apontaríamos a relativa defasagem entre os arranjos superestruturais e a base econômica, que se modificava com as alterações na estrutura da econo-

mia industrial<sup>(1)</sup>.

Ganha sentido, então, afirmar que a greve de 1953 constituiu uma resposta da classe operária a uma situação de crise no plano econômico e político.

Colocada no quadro geral da história do movimento operário, podemos dizer que a greve constituiu um marco histórico na medida em que possibilitou uma nova forma de organização por meio da estrutura dual<sup>(2)</sup> com a entrada das esquerdas nos sindicatos oficiais e formação das organizações paralelas.

Comparada, também, com outras manifestações da classe operária podemos dizer que, de certa forma, a greve significou um processo de ruptura e independência dentro do movimento sindical.

A independência pode ser sentida na medida em que os objetivos da greve foram muito bem definidos, levando a união entre as diversas categorias de trabalhadores na obtenção desses objetivos e, também, ao questionamento à política inflacionária

---

(1) - De acordo com Juarez Brandão Lopes nesse período, a economia já vinha sofrendo transformações profundas centradas na "nova industrialização de bens intermediários e duráveis..." Cada vez mais o centro dinâmico do sistema econômico perdeu a sua correspondência com a base política e social do Estado. Isto ocorria quando no nível internacional, o capitalismo transformava-se". Brandão Juarez Lopes - "Desenvolvimento e migrações: uma abordagem Histórico-Estrutural, Estudos Cebrap 6 out, nov, dez. 1973. pg 135.

(2) - De acordo com Weffort, a estrutura dual refere-se a composição entre as organizações oficiais e as "Organizações paralelas" Weffort Francisco em "Participação e conflito industrial: contagem e Osasco 1968.

adotada pelo governo, a proporção em que as reivindicações supe  
ravam os limites estabelecidos pelo ministério do trabalho. Nes  
se sentido, pode-se afirmar que a classe operária fez valer seus  
interesses através de seus próprios meios, ou seja, através da  
força que possui enquanto responsável direta pela produção.

Uma questão importante a ser discutida refere-se  
ao grau de homogeneidade e autoconsciência alcançada pelos gru  
pos sociais que Gramsci <sup>(3)</sup> denomina de relações de forças políti  
cas. Segundo ele estas relações podem ser analisadas e diferen  
ciadas em vários graus correspondentes aos diversos momentos da  
consciência política coletiva. O primeiro momento (econômico cor  
porativo) é o mais elementar. É aquele em que sente-se a unidade  
homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas  
não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momen  
to é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de  
interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no  
campo meramente econômico. Nesse momento já se questiona o Esta  
do, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídi  
ca com os grupos dominantes. Reivindica-se o direito de partici  
par da legislação e até mesmo de reformá-la mas nos quadros fun  
damentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se  
adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos  
superam o círculo corporativo e tornam-se interesses de outros  
grupos subordinados. Esta fase é considerada por Gramsci como a  
mais abertamente política.

---

(3) - Gramsci Antonio, Maquiavel, A política e o Estado moderno, Civilização brasileira, Rio de Janeiro - 1968.

Quanto ao caso concreto que estamos analisando, podemos observar que os operários de diversas categorias profissionais adquiriram consciência de que os problemas pelos quais estavam passando eram comuns. Mas a questão ainda se colocava, em grande parte, no campo econômico, aproximando-se mais do segundo momento e que se refere Gramsci. Realmente, a questão política não atingia o nível de transformação nos quadros fundamentais já existentes.

Apesar da atitude firme que expressou o movimento grevista pode-se afirmar que à exceção das organizações paralelas que se criaram a partir da greve, não havia formação de organizações de base do tipo "Conselhos" (conforme a concepção de Gramsci) que possibilitassem alternativas de organização autônoma. Se houve um questionamento e modificação das atitudes sindicais, elas, no entanto, não colocaram em causa o significado real da estrutura sindical oficial herdada do Estado Novo,

Assim, podemos dizer que a ruptura com as representações "Oficiais" da classe operária é apenas parcial, na medida em que as "Organizações paralelas", formadas a partir desse movimento virão, segundo os estudos de Weffort<sup>(4)</sup>, servir de complemento a essas representações. Portanto, revelam-se funcionais para a manutenção da estrutura sindical.

Os dados até aqui apresentados nos dão subsídios para analisar as hipóteses colocadas no início do trabalho.

---

(4) - Weffort Francisco em "Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964", mimeo.

A hipótese de que a greve tenha expressado uma si tuação de independência além das esferas institucionais revela-se, em parte, verdadeira. No entanto, a idéia de considerar a greve como significativa de uma ruptura apenas parcial revela-se a mais viável. Afora o questionamento do decreto lei 9070, a pressão exercida sobre os industriais e a própria crise que essa greve ocasionou no regime varguista não excluíram alguns hábitos existentes no regime populista. Os constantes apelos ao governo para que este garantisse as condições de salário e até mesmo, a manutenção da ordem, significavam uma atuação dentro dos moldes tradicionais do populismo. Porque os presidentes dos sindicatos foram falar com Vargas quando a greve já tinha conseguido mos trar sua força? Isto não foi senão a repetição dos esquemas uti lizados no populismo. E não seria, também expressão do que nos fala Weffort: da relação entre o líder que "doa" e a massa que recebe?

Um outro elemento a se considerar é a colocação, durante a greve, do Estado como intermediário e árbitro das ques tões. Aliás, essa perspectiva era sentida de forma consciente pe lo governador que, ao término da greve, expede o seguinte tele grama ao presidente da República <sup>(5)</sup>:

"O governador de São Paulo, atenden do as sábias diretrizes da política de harmo nia social que orienta o governo de V. Excia, e, na qualidade de mediador entre patrões e operários, tem a honra de comunicar, neste mo mento, que os empregados em greve acabam de assinar com os empregadores um acordo para

---

(5) - Jornal o metalúrgico, abril de 1953

volta ao trabalho, dentro de 48 horas. Ao con  
gratular-se com V. excia, por esta feliz ocor  
rência, sinto-me feliz por haver respeitado o  
direito constitucional de greve e de ter pre  
sido a mediação que pôs fim ao movimen  
to..."(6).

A hipótese de que a ocorrência da greve tenha reve-  
lado defasagem entre a classe operária e seus representantes "oficiais" pa-  
rece ter muito fundamento. As manifestações extra sindicais da  
greve, presentes nos comícios e passeatas, constituíam indício de  
que a greve conseguira superar os limites de sua representação  
oficial.

Outro fator que se coloca como muito importante  
mas difícil de ser testado, é a participação do Partido Comunis  
ta no movimento, embora não saibamos exatamente o grau de sua pe  
netração nos sindicatos.

A hipótese que nos parece mais viável é a de que o  
Partido Comunista e os sindicatos lideram um movimento que já vi  
nha se processando através das reivindicações anteriores da clas  
se trabalhadora. A greve seria, pois, o processo de radicaliza  
ção dessas reivindicações e acreditamos que esse fato tenha ser  
vido para dinamizar os sindicatos os quais, por esse motivo, ga  
nharam eficácia.

A greve significou então, apesar da repetição de  
mecanismos populistas, um processo de independência do movimento  
operário. De fato, a importância da greve não se revela, apenas,  
no plano da organização interna da classe operária, mas, também,  
no estrutural, na medida em que desorganiza o arranjo das rela  
ções de forças presentes no populismo

BIBLIOGRAFIA

- BAER, Werner e Vilela V. Anibal - "Crescimento Industrial e Industrialização": Revisões nos Estágios de Desenvolvimento Econômico do Brasil", Revista dados nº 8, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique - Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar editores 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique - Mudanças Sociais na América Latina São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- DEAN Warren - Industrialização em São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro 1971.
- DI TELLA, Torcuato - Para uma Política Latino Americana, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- FAUSTO Boris - A Revolução de 1930, Historiografia e História. São Paulo, Editora Brasiliense, 1975.
- \_\_\_\_\_ - Trabalho Urbano e Conflito Social, (1890-1920), Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- GERMANI Gino - Politica y Sociedad em una Epoca de Transicion (de la Sociedad Tradicional a la Sociedad de Massas), Buenos Aires, Editorial Paidós. 1962.
- GRAMSCI Antonio - Consejos de Fabrica y Estado de la Classe Obrera, México: Ed. Roca S.A., 1973.
- \_\_\_\_\_ - Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_ - Obras Escolhidas, Lisboa, Editorial Estampa,  
1974 Vol. I

HENESSY Alistair - "America Latina" em Populismo (Sus Significados y Características Nacionales) Buenos Aires, Amorroutu Editores, 1969.

HOFSTADTER Richard - "Estados Unidos" em Populismo (Sus Significados y Características Nacionales), Buenos Aires, Amorroutu Editores, 1969.

IANNI Octavio - A Formação do Estado Populista na América Latina, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_ - Estado e Planejamento Econômico no Brasil, (1930-1970), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

JORNAL mensal "O Metalúrgico" do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 1952, 1953, 1954.

JORNAL "O Estado de São Paulo", marco e abril de 1953.

LOPES Juarez Brandão - "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico Estrutural", Estudos Cebrap 6, 1973.

\_\_\_\_\_ - Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

MACCIOCCI, Maria Antonieta - A Favor de Gramsci, Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra, 1976.

MARX Karl - A Miséria da Filosofia, Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1965.

MOISÉS José Alvaro - "Algumas Reflexões sobre o Populismo na América Latina" mimeo.

\_\_\_\_\_ - "1953, A Greve dos 300 Mil em São Paulo" Revista Contra Ponto, Ano I nº 1, nov. de 1976.

OLIVEIRA Francisco de - "A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista", São Paulo, Estudos Cebrap nº 2, 1975.

PINHEIRO, Paulo Sérgio - "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão" São Paulo, Estudos Cebrap nº 14, 1975.

RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES Leôncio Martins - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

\_\_\_\_\_ - Trabalhadores e Sindicato no Processo de Industrialização, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972, mimeo.

ROWLAND Robert - "Classe Operária e Estado de Compromisso", São Paulo, Estudo Cebrap nº 8, 1974.

SIMÃO Azis - O Sindicato e o Estado. Suas Relações na Formação do Proletariado em São Paulo, São Paulo, Ed. Dominus, 1966.

SINGER Paul - "A Política das Classes Dominantes" em Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SKIDMORE Thomas - Brasil: De Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- STAVENHAGEN Rodolfo - "Estratificação Social e Estrutura de Classe" em Estrutura de Classes e Estratificação Social, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1969.
- TAVARES Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975.
- TAVARES Maria Herminia - "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas", São Paulo, Revista Debate e Crítica nº 6, junho 1975.
- VARGAS Getúlio - A Nova Política no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1938.
- VIANÑA Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- WALICKI Andrez - "Russia" em Populismo (Sus Significados y Características Nacionales), Buenos Aires, Amorrortu Editores 1969.
- WEFFORT Francisco C. - "Origens do Sindicalismo Populista", São Paulo, Estudos Cebrap 4, 1976.
- \_\_\_\_\_ - "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco" - 1968, São Paulo, Cadernos Cebrap nº 5.
- \_\_\_\_\_ - "Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões Para a História do Período 1945-1964" - mimeo.
- \_\_\_\_\_ - "Política de Massas" em Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.